

**INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADE DOCTUM DE CARATINGA**

**DEYSIANE NASCIMENTO SOUZA FARIA
LETICIA LOPES OLIVEIRA
NAYARA AGUIAR DE PAIVA**

**A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
OPERACIONALIDADE DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC**

**CARATINGA
2017**

**DEYSIANE NASCIMENTO SOUZA FARIA
LETICIA LOPES OLIVEIRA
NAYARA AGUIAR DE PAIVA**

**INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADE DOCTUM DE CARATINGA**

**A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
OPERACIONALIDADE DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social das Faculdades
Integradas de Caratinga, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Área de Concentração: Seminário de TCC II

Orientadora: Prof.^a Renata de Souza Ribeiro
Paiva

**CARATINGA
2017**



FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA

FORMULÁRIO 9

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TERMO DE APROVAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA OPERACIONALIDADE DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC**, elaborado pelo aluno **DEYSIANE NASCIMENTO SOUZA FARIA, LETICIA LOPES OLIVEIRA e NAYARA AGUIAR DE PAIVA**, foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo curso de SERVIÇO SOCIAL da FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

Caratinga ___ de _____ 20__

Prof. Orientador

Prof. Avaliador 1

Prof. Avaliador 2

Mais um sonho se realiza! Não foi fácil mais consegui, foi uma caminhada onde compartilhei alegrias, tristezas e conhecimentos, onde conheci pessoas maravilhosas, amigas e outras que se tornaram irmãs.

E é com grande alegria que agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a vida, por cuidar de mim a cada momento, por todas as vitórias que me deu nesses 4 anos de faculdade, me amparando a cada dificuldade encontrada no caminho. Ao meu bom Deus sou inteiramente grata! Com amor quero agradecer aos meus pais, Denise e Hilton pelo amor, força e confiança que vocês sempre tiveram em mim, amo muito vocês!!!

Ao meu marido Leandro, quero agradecer pela compreensão mediante as ausências, obrigada por acreditar que esse dia chegaria, por sempre falar que sou capaz, saiba que te amo muito. Essa vitória é nossa!!! Não posso deixar de lembra da minha cachorrinha Penelope, sempre está ao meu lado principalmente na hora de fazer os trabalhos, obrigada pelo seu carinho, e companhia. É minha amiga e comadre Monica o dia chegou, agradeço pelo seu incentivo, por não deixar eu desanimar, saiba que gosto muito de você e de sua família linda.

Aos meus familiares por estarem presentes e fazerem parte da minha vida e caminhada, alguns de longe, outros em oração. Obrigada a todos!!!!

Eu não poderia esquecer de agradecer a uma pessoa muito especial para mim, que hoje não está mais comigo, minha segunda mãe e vó Ivani, obrigado pelo seu carinho e cuidado, sempre me lembro dos planos que fizemos para o dia de minha formatura, dedico esse dia especial a você. Saudades eterna!!!!

Às minhas colegas, amigas, irmãs e maridas kkkk, Nayara e Leticia, obrigada pelo companheirismo, pelas brincadeiras, momentos especiais que vive ao lado de vocês gatinhas, é uma amizade que quero levar para sempre e uma alegria que não cabe no peito de saber que conseguimos chegar até o fim. Parabéns meninas!!!! Aos professores Flavio, Sônia, Lívia, e em especial a professora orientado de TCC Renata Ribeiro. Obrigada por incentivo que foi fundamental para o meu sucesso. Agradeço também aos amigos que conquistei no CRAS, local que abriu as portas. Obrigada!

A todos que contribuíram para a concretização deste sonho, deixo o meu muito obrigada!

Deysiane Nascimento Souza Faria

Primeiramente ser grata a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na angústia, sem ELE eu não teria forças para essa longa e árdua jornada, Enfim graças te Dou pelo sucesso alcançado.

Aos meus pais Francisco e Angelina por todo apoio, amor e incentivo que me deram. Mãe, seu cuidado e dedicação foi que deram a esperança para prosseguir, obrigada pelas longas noites de sono perdidas aguardando meu retorno da faculdade para casa. Pai, oh meu pai, obrigada pela preocupação, dedicação e cuidado para comigo, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa jornada. É com grande honra e orgulho que dedico meu diploma a vocês, pois sei do sonho que sempre tiveram em ter um filho formado. Essa vitória é nossa!

Aos meus irmãos que sempre me apoiaram nessa jornada, obrigada pelo carinho de sempre; em especial a minha irmã Mariana que se fez presente me apoiando e dando palavras de ânimo e incentivo. A você Marcella, dedico todo meu carinho e amor minha sobrinha; obrigada pelas garrafas de café que me mantinham ligada para focar nos estudos. Ao meu esposo, obrigada pelo amor que me foi dado e paciência nesse percurso!

Aos colegas de turma que me trouxeram felicidade e muitas risadas nesses 4 anos, sentirei saudades, desejo sucesso em nossa jornada profissional. Não poderia deixar de falar das “maridas”, Nayara (eterna lora) e Deyse; meninas foi um prazer está ao lado de vocês nesses anos todos e mais próximo ainda na realização do TCC. Nayara você foi um presente de Deus em minha vida, obrigada pela orientação, apoio e companheirismo de sempre, quero levar você sempre comigo.

Aos professores Livia mesmo longe no findar do curso se fez presente, Sônia e Renata, que se mantiveram presentes em nossa formação, nos passando todo arcabouço de conhecimento e apoio para chegarmos até aqui.

Letícia Lopes de Oliveira Silva

Quero agradecer em primeiro lugar a Deus razão do meu viver, autor do meu destino meu guia, socorro presente na hora da angustia, pois foi ele que permitiu que tudo isso acontecesse ao longo da minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o mestre que alguém pode conhecer.

A minha mãe Eni meu maior incentivo que não mediu forças para que meu sonho fosse realizado, afinal essa caminhada não foi minha, mas também sua, me apoiou sorriu comigo, chorou, me acalentou, ficava teste quando eu estava estudando pra provas, fazendo trabalhos e não podia dar atenção para ela, mas agora tudo isso valeu apenas afinal esse foi o “nosso” sonho conseguimos. Não poderia deixar de agradecer em memória ao meu pai João Batista, afinal este era um sonho dele também, batalhou muito para me dar um futuro promissor tenho certeza que se o senhor estivesse aqui sentiria muito orgulho de mim. Obrigado pai e mãe minhas inspirações meus alicerces. Quero aqui também deixar o meu agradecimento a minha família que me apoiou e me incentivou. Não poderia deixar de agradecer ao meu namorado Moises, afinal teve paciência nos momentos que eu me estressei, quando eu quis desistir você não deixou acreditou em mim disse que eu iria vencer, me entendeu quando eu não pude te dar atenção, e agora como sempre fala “você tem uma assistente social”. Agora chegou a hora de falar das minhas companheiras de TCC, Deysiane e Letícia passamos muitos momentos juntos bons e ruins, rimos muito, não desgrudávamos por nada era uma com ciúmes da outra Letícia então nem se fala vivia com ciúmes de mim, Deysiane além de companheira de TCC companheira de estagio também meninas admiro muito vocês e se esse trabalho está saindo com qualidade foi porque teve a dedicação de cada uma de nos admiro muito vocês afinal realizamos nosso sonho de fazer o TCC juntas melhores amigas que a faculdade pode me dar. É claro quero deixar meus sinceros agradecimentos aos meus colegas de sala sentirei muita falta foi um prazer passar estes 4 anos ao lado de vocês.

Aos meus mestres também quero deixar meus sinceros agradecimentos por ter me ensinado, ter tido dedicação inclusive a Sonia, a Lívia que não está ao nosso lado, mas que nos ensinou e incentivou muito, e claro a você Renata que teve muita paciência em nos orientar com o TCC, meus sinceros agradecimentos a você Márcia que muito nos ajudou também.

Nayara Aguiar de Paiva.

RESUMO

O tema abordado tem a intenção de refletir acerca da Importância do Trabalho do Assistente Social na Operacionalidade do Benefício de Prestação Continuada- BPC no âmbito do CRAS Nossa Senhora Aparecida no Município de Caratinga MG, abordando a perspectiva profissional do assistente social frente a operacionalidade do BPC- Benefício de Prestação Continuada e a concretização do projeto ético-político profissional. Especificando os limites e desafios que são relevantes, salientando o exercício profissional no intuito de efetivar o projeto profissional por meio da instrumentalidade. Contudo é fundamental entender o contexto histórico do Serviço Social no que se refere a especialização do trabalho coletivo que se agrega na divisão sócio técnica do trabalho advindas da categoria profissional; partindo do pressuposto contexto neoliberais políticas sociais tem se limitando cada vez mais, observando neste contexto políticas focalista e fragmentadas que vem confirmar o desmonte dos direitos sociais que são garantidos na Constituição Federal de 1988, trazendo a percepção do real sentido da sociedade capitalista, compreendendo assim os rebatimentos em torno das expressões da questão social. Enfim, Explorar a instrumentalidade do profissional no equipamento do CRAS Nossa Senhora Aparecida, local no qual foi dado ênfase na atuação do profissional de Serviço Social para efetivar os direitos sociais, além de demonstrar os procedimentos metodológicos utilizados pelo assistente social e concluir os resultados da pesquisa realizadas com os profissionais de Serviço Social, onde poderemos analisar os limites de atuação dentro do equipamento .

Palavras-chave: Serviço Social, Operacionalidade, BPC

ABREVIATURAS

CNSS-Conselho Nacional de Serviço Social

CAPS - caixas de aposentadorias e pensões

IAPS - institutos de aposentadorias e pensões

LBA - Legião Brasileira de Assistência

MPAS- Ministério da Previdência e Assistência Social

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

PBF – Programa Bolsa Família

BPC – Benefício de Prestação Continuada SUAS – Sistema Único da Assistência Social.

PNAS – Política Nacional de Assistência Social.

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

NOB SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

PAIF – Programa de Atendimento Integral as Famílias

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

NOB-RH/SUAS- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos o Sistema Único de Assistência Social

PETI – Programa de erradicação do Trabalho Infantil

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CAPÍTULO I - A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	12
1.1 O surgimento e desenvolvimento da Política de Assistência Social no Brasil	12
1.2 Os Avanços da política de Assistência Social a partir da Constituição Federal de 1988	16
1.3 O Benefício de Transferências de renda como um direito assistencial.	24
2. CAPÍTULO II – O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC	32
2.1 O Serviço Social enquanto especialização do trabalho no capitalismo: Sua gênese e sua instrumentalidade.	32
2.2 O trabalho do assistente social na operacionalidade do BPC, tendo como parâmetro o CRAS do bairro Nossa Senhora Aparecida em Caratinga– MG. ...	44
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	58
ANEXOS	65

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, cujo tema abordado é “A Importância do Trabalho do Assistente Social na Operacionalidade do Benefício de Prestação Continuada- BPC no âmbito do CRAS Nossa Senhora Aparecida no

Município de Caratinga/MG” tem por objetivo assimilar a importância do profissional de Serviço Social frente à política de Assistência Social, colocando em evidência as possibilidades, limites e desafios colocados ao profissional. Salientamos que nesse trabalho nos detemos ao uso de materiais bibliográficos selecionados e todo arsenal teórico metodológico adquiridos no decorrer do período acadêmico e a prática de atuação no decorrer do estágio supervisionado.

O Trabalho foi elaborado sob a fundamentação de autores de grande importância para o Serviço Social, sendo eles: CARVALHO, Raul de, FALEIROS, Vicente de Paula, IAMAMOTO, Marilda Vilela, NETTO, José Paulo, SIMÕES, Carlos; dentre outros que são indispensáveis para o contexto da profissão.

Contudo, tem por pretensão debater a operacionalidade e instrumentalidade como reconhecimento profissional por meio de consolidar o projeto ético-político e a organização do espaço profissional do Serviço Social no equipamento do CRAS Nossa Senhora Aparecida Caratinga.

Visto que transcorremos o momento histórico de grandes lutas, desafios e empoderamento do Serviço Social no qual ao longo da história mudou a conjuntura do profissional.

Todavia, o primeiro capítulo aborda a trajetória histórica da política de Assistência Social no Brasil, fazendo um breve comentário acerca do surgimento e desenvolvimento do mesmo na década de 30, no qual é marcada pelo surgimento do Serviço Social no Brasil, nesse período registra-se no país a intensificação do processo de industrialização, as mudanças que ocorreram no contexto sociopolítico e econômico que tiveram como resultado a Revolução de 1930 como marco histórico, o aumento populacional e urbano desordenado provocou a ampliação das desigualdades sociais, agravando então as expressões da “questão social”. Abordaremos também os avanços da política de assistência social a partir da

Constituição Federal de 1988, mostrando o quanto a mesma avançou por meio dela, além de ser um divisor de águas para a política de assistência social,

colocando um fim na prática assistencialista e a tornando garantidora de direitos sociais no qual é caracterizada como Seguridade Social.

Colocaremos em questão o reordenamento da política de assistência, dando ênfase ao SUAS como estratégia de formalização da assistência social no espaço que gere e financia a política social, buscando possibilidades de fortalecer e efetivar os direitos pertinentes a assistência.

No Segundo capítulo apontaremos o Serviço Social enquanto especialização do trabalho no capitalismo em sua gênese e instrumentalidade, abordando a criação do Conselho Nacional de Serviço Social-CNSS e a criação das primeiras escolas de Serviço Social levando em consideração o seu processo de ruptura e renovação.

A pesquisa é baseada na forma qualitativa, semi-estruturada através de questionário enviado aos profissionais.

Por fim a apresentar a pesquisa elaborada, junto aos profissionais do CRAS/Nossa Senhora Aparecida, no intuito de contribuir para a discussão da importância do trabalho do profissional frente a operacionalidade do benefício no equipamento.

1. CAPÍTULO I - A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

1.1 O surgimento e desenvolvimento da Política de Assistência Social no Brasil

Na década de 30, do século XX, quando o Serviço Social surgiu no Brasil, registrava-se no País uma intensificação do processo de industrialização e um impulso significativo rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural (Pereira, 1999). Essas mudanças no contexto sociopolítico e econômico brasileiro iniciaram com a Revolução de 1930, considerada um evento marcante da história contemporânea brasileira, sendo ele um movimento armado, liderado pelos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com golpe de Estado, o golpe de 1930 que depôs o presidente da República Washington Luís em 24 de Outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e colocou fim a república velha.

A partir de 1930, o Brasil entrou num período de maior desenvolvimento econômico, que se refletiu no aumento da renda per capita, dos salários reais e do consumo. Simultaneamente registrou-se um incremento da taxa de crescimento da população e de urbanização.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (Iamamoto. 1982.p. 77)

A concentração da população nas áreas urbanas trouxe consigo problemas de assistência, educação, habitação, saneamento básico, de infra-estrutura e tantos outros. Na medida em que a industrialização avançava, crescia a concentração da renda, ampliando-se as desigualdades sociais, aumentando as tensões nas relações de trabalho e agravando-se a questão social.

[...] a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação (Telles.1999.p. 85)

Com o incremento do processo de industrialização, os movimentos operários começaram a surgir no País, com freqüência crescente. Apareciam sinais evidentes de descontentamento e frustração da classe média e dos grupos de intelectuais. Ocorriam também movimentos políticos contra a Administração Pública, considerada ineficiente, inábil e retrógrada, protestando-se contra o status que é a falta de soluções para as crises sociais, políticas e econômicas (Fischlowitz, 1964).

Vargas, enquanto presidente da República, temia a ascensão e o acirramento desses movimentos, assim como estava acontecendo com os movimentos operários europeus. Para conseguir a adesão e o consenso dos trabalhadores, ele estabeleceu uma série de medidas de política social de caráter preventivo, integradas no conceito de progresso social e institucional. Em sua grande parte, essas medidas também beneficiavam a classe média e atendia de certa forma, as aspirações da burguesia, dando condições de aumento da produção. Ele conseguiu, assim, estabelecer uma política de compromissos e conciliações entre os grupos dominantes, as camadas médias e os trabalhadores, que sustentavam a ideologia da “paz social”, que deu suporte à expansão do capitalismo no Brasil. A questão social, que antes era encarada como uma “questão de polícia” passou a ser considerada como uma questão de Estado, que demandava soluções mais abrangentes.

O Estado adotou, a partir daí, uma política de proteção ao trabalhador, incentivando o trabalho e o aumento da produção. Criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930, e promulgou uma legislação trabalhista que respondia de certa forma, às necessidades do trabalhador e aos interesses mais amplos da industrialização emergente. Assim, foi sendo dado um tratamento sistemático à questão social que, ao mesmo tempo, aliciava e atrelava as classes subalternas à política do governo, sem permitir maiores chances de participação.

No mesmo ano, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Em 1933, as CAPS - caixas de aposentadorias e pensões deixam de pertencer às grandes empresas e passam a abranger categorias de profissionais, surgindo, a partir dessa data, os IAPS - institutos de aposentadorias e pensões. Ainda em 1933, foi criado o Instituto de Aposentadoria dos Marítimos e, no ano

seguinte, 1934, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários e dos Bancários. Em 1936, os trabalhadores da indústria foram beneficiados com a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Em 1938 foram fundados mais dois órgãos do mesmo tipo dos anteriores, o Instituto de Aposentadoria e Pensões para Trabalhadores do Transporte Carga e o Instituto para a Assistência dos Servidores Cíveis. Nos anos seguintes foram sendo ampliadas as categorias beneficiadas, estabelecendo-se que as que não fossem cobertas pelos institutos continuariam a pertencer às caixas de aposentadorias e pensões existentes antes de 1930 (FEE, 1983; Faleiros, 1980).

Em 28 de agosto de 1942 é criada pela primeira dama Darci Vargas a Legião Brasileira de Assistência (LBA) no qual era uma associação instituída na conformidade dos Estatutos aprovados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ela foi uma das primeiras instituições responsáveis pela assistência social brasileira, teve longa existência e foi um marco na organização da assistência social no Brasil. A LBA tinha por objetivo amparar as famílias dos soldados enviados à segunda guerra mundial. Ela ofertava serviços como: assistência jurídica; atendimento médico social e materno-infantil; distribuição de alimentos para gestantes, crianças e nutrízes; assistência integral à criança, adolescentes e jovens em serviços de creche e abrigo; qualificação e iniciação profissional; geração de renda; assistência ao idoso e à pessoa com deficiência; desenvolvimento social, comunitário, assessoria técnica e financeira, por meio de convênios firmados com entidades públicas e privadas prestadoras de serviços na área da assistência social. A LBA tinha o apoio da Federação das Associações comerciais e da Confederação Nacional da Indústria.

O surgimento da LBA, de imediato ganhou um importante papel de mobilização da opinião pública para o apoio aos esforços da guerra e conseqüentemente ao próprio governo ditatorial. A partir de um acontecimento de grande impacto emocional, a LBA procurará granjear e canalizar apoio político para o governo, movimentando sua ação assistencialista (IAMAMOTO E CARVALHO, 2004, P.251).

Dessa forma a LBA assegura sua presidência às primeiras damas da República, imprimindo dessa forma a marca do primeiro-damismo ¹ junto à assistência social e estende sua ação às áreas da Assistência Social causando um impacto relevante no aparelho assistencial público, privado e no desenvolvimento do Serviço Social como elemento de dinamização e racionalização da assistência.

No ano de 1969, a LBA é transformada em fundação e vinculada ao Ministério do trabalho e Previdência Social, tendo sua estrutura ampliada e passando a contar com novos projetos e programas.

O cenário brasileiro no período conhecido como ditatoriais sendo 21 anos, foi marcado por situações de exclusões sendo estas vindas a gerar em mazelas sociais que persistem até a atualidade. Portanto a Ditadura Militar marcou o país com diversos problemas que levou ao desmonte de direitos sociais, dessa foram fortalecendo cada vez mais a rigidez e as ideias militares.

A ditadura militar cria, sob o comando de Geisel, em 1º de Maio de 1974, o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS – que contém na sua estrutura uma Secretaria de Assistência Social, a qual, em caráter consultivo, vai ser o primordial na formulação de política de enfrentamento à pobreza. Segundo Mestriner (2001, p.168):

[...] Tal política mobilizará especialistas, profissionais e organizações da área. O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS realiza, então, seminário em Petrópolis (de 18 a 22 de maio de 1974), com 33 especialistas, visando subsidiar a iniciativa governamental.

As iniciativas do Governo Geisel aliadas ao fortalecimento dos movimentos sociais após o período de repressão militar no Brasil, culminará com a ampliação da política de assistência social, contribuindo para que ela seja uma das pautas importantes a serem discutidas e organizadas pelo movimento constituinte brasileiro. Apesar dos avanços da política de assistência social entre as décadas de 1930-1960 historicamente a política social serviu para incorporar, seletiva e hierarquicamente o mundo do trabalho, organizando a cidadania de maneira a diferenciar quem

¹ Primeira-dama é o título que se dá à esposa de um governante em várias esferas do poder. Referese, sobretudo à esposa do presidente de um país, mas também quando o homem é eleito governador ou prefeito. (Portal Google. Disponível: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Primeira-dama>. Acesso em 14 de setembro de 2017.)

trabalhava do ‘resto’ da ‘população pobre” (VIANNA, 2000, p. 151). Esta lógica no Brasil só foi revertida com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que estabeleceu um sistema público de seguridade social Saúde, Previdência e Assistência Social, no qual em tese toda a população está formalmente incluída.

A constituição federal de 1988 constitui a Assistência Social como política pública de direito do cidadão e dever do Estado, Inclui a assistência social no campo da seguridade social.

A seguridade se formou em uma instituição político-estatal com participação das entidades da sociedade civil. A seguridade tem por objetivo uma ação social que garanta de certos patamares mínimos de vida. Essa relação: SOCIEDADE e ESTADO gera um pacto de direitos públicos que todos os cidadãos são titulares e que o Estado e seus governantes são responsáveis pela ação e prática desses direitos. Foi escolhido as seguintes áreas para estabilizar a sociedade através da seguridade social: A SAÚDE; A PREVIDÊNCIA; A ASSISTÊNCIA (PT.SLIDESHARE.NET).

Assim também como a saúde e a previdência social, e enquanto política pública coloca ao Estado o dever de atender necessidades de proteção social para a população.

1.2 Os Avanços da política de Assistência Social a partir da Constituição Federal de 1988

A assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado é uma política de seguridade social, não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas. Houve um avanço da Assistência Social enquanto direito marcado com a constituição de 1988, que foi um divisor de águas para a política de assistência social, tendo um salto positivo, através de implantação de Leis, regulamentos e decretos, tendo como objetivo a extinção da prática do assistencialismo. Garantindo a Assistência Social como direito em favor das pessoas em situação de vulnerabilidade social caracterizada como Seguridade Social. Segundo Art. 194º. Constituição Federal A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, a previdência e a assistência social. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social.

A partir desse momento a Assistência Social passa a ser dever do Estado e direito de todos que dela necessita.

Segundo Faleiros (1990) o padrão de seguridade social foi sistematizado no mundo capitalista a partir do reconhecimento da obrigatoriedade do Estado em oferecer respostas às demandas sociais através da expansão dos gastos públicos. Conforme os princípios da

“Seguridade Social”, caberia ao Estado viabilizar desde a garantia de renda mínima, em caso de perda de capacidade de ganhá-la, até o acesso aos serviços estatais de saúde, educação e serviços sociais.

As transformações sociais provocam novas roupagens para as funções do Estado. Do mesmo modo, “a reforma do Estado é um processo de múltiplas determinações e representa uma tendência histórica que transcende a realidade brasileira. Trata se de um processo de reordenamento da sociedade ocidental” (BATTINI E COSTA, 2007, p.20).

Ou seja, as políticas sociais, como meio de efetivação de direitos, é pressionado entre os interesses das classes subalternas e dos grupos hegemônicos de poder, isto que faz com que a Assistência Social brasileira tenha os marcos da refilantropização da década de 1940. É as perspectivas conservadora que os colocam em seus gabinetes, os transformando em politicagem. Apresentando como direito do cidadão, a constituição federal de 1988 preconiza que:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (Brasil, Constituição Federal , 1988, grifo nosso).

Em 07 de Dezembro de 1993 foi implantado a LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social regulamentada pela lei n°. 8.742, que dispõe sobre a organização da assistência social no Brasil. Sendo considerada uma política pública que tem como objetivo romper com a tradição política e cultural. Esta lei tem seu foco de atuação nos indivíduos em condição de vulnerabilidade e pobreza, pautando-se na cidadania e na independência dos mesmos.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993, grifo nosso).

Dizendo ser uma distribuição de riqueza, os mínimos sociais são distribuídos nos programas de transferência de renda. Não bastando, ainda é estreita a ligação com a pobreza. Temos como exemplos de mínimos sociais, o salário mínimo, Programa Bolsa Família – PBF, e o Benefício de Prestação Continuada – BPC. Os três não superam as necessidades humanas em sua totalidade. Apesar que olhando a história, estes mínimos se resumem em um progresso, pois hoje e colocado como direitos.

A forma de ser vista mostra que a Assistência Social se manifesta de duas formas: Serviços e benefícios. Os serviços são as ações da Assistência Social e os benefícios tem valor agregado. No caso de benefício assistencial temos o Benefício de Prestação continuada – BPC.

Em 2004, após um movimento de discussão nacional, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Conseqüentemente, em 2005, fez-se necessário a edição de uma Norma Operacional Básica que definisse as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Os instrumentos de regulação da Política de Assistência Social em vigor são, portanto, a CF/88, a LOAS/93, a Política Nacional de Assistência Social/2004 e a Norma Operacional Básica/SUAS/2005. Verifica-se que a Política de Assistência Social vem avançando muito rapidamente em sua “regulação pelo Estado, na definição de seus parâmetros, padrões, prioridades” (CARVALHO, 2005, p.1). Resta o imenso desafio de operacionalizar os benefícios, serviços e projetos de acordo com os parâmetros, padrões e critérios do Sistema Único de Assistência Social, sob a lógica da proteção social.

Nessa direção, a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. A gestão proposta por esta Política pauta-se no pacto federativo, no qual devem ser detalhadas as atribuições e

competências dos três níveis de governo na provisão das ações sócio assistenciais, em conformidade com o preconizado na LOAS e NOB a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (Comissões Inter gestoras Tripartite e Bipartites – CIT e CIBs), as quais se constituem em espaços de discussão, negociação e pactuarão dos instrumentos de gestão e formas de operacionalização da Política de Assistência Social (PNAS 2004).

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) está organizada a partir do SUAS, que organiza a proteção social a partir da proteção básica e especial.

O SUAS – Sistema Único de Assistência Social, é constituído pelo conjunto de programas, serviços, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos. É um modelo de gestão participativa no qual vincula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, ou seja, municípios, estados, e união. O sistema é formado pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada.

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional da rede de serviços sócio assistenciais. Os serviços, programas, projetos, e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. (PNAS, 2004, p.23)

O SUAS reorganiza os serviços, programas, projetos e benefícios conforme as funções que desempenham, as pessoas que deles necessitam e sua complexidade, sendo assim promove proteção social a famílias, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência intelectual e múltipla, idosos, enfim, oferta a todos que dela necessitarem, sendo que seu foco central é a matricialidade familiar.

Assim como coloca em evidencia, Simões 2007, p: 281: Sua matricialidade é garantida a medida que, na assistência social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista; a qual, para além da transferência de renda, em patamares aceitáveis, se desenvolva, prioritariamente, em redes de proteção social, que suportem as tarefas cotidianas e valorizem a convivência familiar e comunitária.

.As ações do Suas levam em consideração as orientações da PNAS- Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social em 2004 e pela NOB SUAS 2012, publicada em 03 de janeiro de 2013, através da resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012; sendo um marco crucial na estruturação do SUAS, reproduzindo um avanço qualitativo na sua gestão e na oferta de serviços socioassistenciais em todo o território nacional, tendo como base a participação e o controle social.

O SUAS também estabelece padrões de serviços no qual considera os eixos de atuação; a nomenclatura dos equipamentos; a qualidade dos atendimentos e os indicadores de avaliação e resultados.

Como afirma Sposati, 2006, p:111, o SUAS não é apenas um programa e sim uma nova ordenação da gestão da assistência social como política pública. “A grande novidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS é de instaurar em todo o território brasileiro um mesmo regime geral de gestão e alcance da política brasileira de assistência social como a perspectiva de responder à universalidade de um direito de cidadania”.

O SUAS é organizado em proteção social básica e especial. A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; é uma proteção destinada a população que vive em condições de vulnerabilidade social, como a pobreza, privação (ausência de renda, precária ou nulo acesso aos serviços públicos), e fragilização dos vínculos afetivos (discriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiência). Tem como objetivo efetivar a inclusão de grupos em situação de vulnerabilidades social nas políticas públicas, no mundo do trabalho e na vida comunitária e societária, além de prevenir as situações de risco social.

A Proteção Social Básica atua por intermédio de diferentes unidades. Dentre elas, destaca-se os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que é a porta de entrada de serviços da Assistência Social, rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos. O CRAS tem por principal serviço ofertado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que tem sua execução obrigatória e exclusiva. Sendo um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Portanto atuam como principal porta de entrada do SUAS e têm a função de gerir e ofertar os serviços da Proteção Social Básica em sua área de abrangência. Assim, serviços da proteção social básica, desenvolvidos no território de abrangência do CRAS, em especial o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, devem ser a ele referenciados e manter articulação com o PAIF, que é o principal serviço da proteção social básica. Estar referenciado ao CRAS significa receber orientações emanadas do poder público, alinhadas às normativas do SUAS, estabelecer compromissos e relações, participar da definição de fluxos e procedimentos que reconheçam a centralidade do trabalho com famílias no território e contribuir para a alimentação dos sistemas da rede SUAS (e outros).

“A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Vanzeto 2005, p. 56).

Integra-se a Proteção Social Básica Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários. Os usuários são divididos em grupos a partir de faixas etárias, considerando as especificidades dos ciclos de vidas. O trabalho nos grupos é planejado de forma coletiva, contando com a participação ativa do técnico de referência, dos orientadores sociais e dos usuários. O trabalho realizado com os grupos é organizado em percursos, de forma a estimular as trocas culturais e o compartilhamento de vivências desenvolver junto aos usuários o sentimento de

pertence de identidade e fortalecer os vínculos familiares, sempre sob a perspectiva de incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária.

A acolhida, a inserção o atendimento, o encaminhamento e acompanhamentos dos usuários ao SCFV se dá através do CRAS, além do planejamento das atividades dos grupos, realizar a avaliação e monitoramento das atividades realizadas em cada grupo, a supervisão e capacitação dos orientadores sociais da área de abrangência do CRAS com discussão de casos e reuniões periódicas para leituras e estudos referente ao trabalho. Por essa razão, o encaminhamento de usuários ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como o planejamento e a execução das atividades do Serviço, deverão estar alinhados com o PAIF e entre as equipes profissionais de ambos os serviços.

A Proteção Social Especial (PSE) é destinada à famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o usuário esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação trabalho infantil.

Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo. Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com governos estaduais e municipais, a promoção do atendimento às famílias ou indivíduos que enfrentam adversidades. O Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal que oferta serviços da proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas.

Segundo Mota 2006, “proteção social especial são considerados dois níveis de complexidade, a média e a alta. De acordo com os documentos oficiais, ambas

estão direcionadas ao atendimento às famílias e indivíduo em situação de direitos violados”.

Ainda conforme o autor, o que “diferencia os níveis de complexidade é a existência ou não de vínculos familiares e ou comunitários tendo como unidade pública de referência os Centros de Referência da Assistência Social”.

A proteção Social Especial de alta complexidade veio para garantir a proteção integral a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, tendo os vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, através de serviços que garantam o acolhimento com privacidade, o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitário e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. Existem quatro tipos de serviços que fazem parte da Proteção Especial de Alta complexidade: serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em Republica; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; e o Serviço de Proteção em Situações de calamidades Públicas e de Emergências. Tais serviços são ofertados dentro de Abrigo Institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva, Serviço de Acolhimento em Republica, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, e Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência.

Em 13 de dezembro de 2006 pela resolução nº.269 foi aprovada a NOBRH/SUAS: Norma operacional básica com objeto de consolidar a Assistência Social como política pública e a garantia da sociedade civil nesta consolidação. ‘Integra a NOB-RH/SUAS uma Política de Capacitação dos trabalhadores públicos e da rede prestadora de serviços, gestores e conselheiros da área, de forma sistemática, continuada, sustentável, participativa, nacionalizada e descentralizada, respeitadas as diversidades regionais e locais e fundamentada na concepção da educação permanente’. A NOB/SUAS é fundada em pacto entre os entes federativos assegurados os direitos a proteção social pública de Seguridade Social, assegura a procedência de regulação estatal sobre esta atividade pública que prevê a participação da população no controle das ações.

1.3 O Benefício de Transferências de renda como um direito assistencial.

Os mínimos sociais são distribuídos nos programas de transferência de renda, que ainda possui uma estreita ligação com a pobreza. Temos como exemplos de mínimos sociais, o salário mínimo, Programa Bolsa Família – PBF, e o Benefício de Prestação Continuada – BPC. Os três não superam as necessidades humanas em sua totalidade. Apesar de que olhando a história, estes mínimos se resumem em um progresso, pois hoje é colocado como direitos.

As políticas sociais na década de 1990 no governo de FHC iniciou-se uma experiência piloto do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em carvoarias do Mato Grosso do Sul. Também foram implementados Bolsa-

Alimentação, pelo Ministério da Saúde e o Auxílio- Gás, pelo Ministério das Minas e Energia, e o Cartão Alimentação pelo Ministério extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e o Programa Bolsa Escola que visava combater a pobreza e oferecer as famílias cadastradas melhores condições de vida, por meio do acesso à educação. O Programa transfere um valor mensal para as famílias beneficiárias e esse deve ser somente investido na educação das crianças componentes da família, evitando assim que sejam obrigadas a trabalhar precocemente.

O Benefício de Prestação Continuada no governo FHC foi Regulamentado em 1993, através da Lei Orgânica da Assistência Social e implementada em 1996. O BPC vem consolidar os direitos do idoso e das pessoas com deficiência Intelectual e múltipla.

De acordo com o que foi dito, se percebe que o BPC é um direito constitucionalmente garantido, é destinado a pessoas que não possuem mecanismos de sobrevivência, e que não participam do mercado formal de trabalho.

Simões (2009, p.228) esclarece que “o valor é de um salário mínimo mensal, sem desconto de contribuição previdenciária e sem abono salarial (13° salário).”

O repasse de um salário mínimo mensal, dirigido às pessoas idosas e às portadoras de deficiência que não tenham condições de sobrevivência e que atendam a determinados limites de idade situação de deficiência, tendo como princípio central de elegibilidade a incapacidade para o trabalho. Foi previsto na Constituição brasileira de 1988, nas disposições relativas à

seguridade social, compondo o conjunto de direitos e objetivos da assistência social, a qual figura pela primeira vez com o estatuto de direito do cidadão que dela necessitar e dever do Estado. Posteriormente, em 1993, foi regulamentado, no âmbito da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Sendo implementado a partir de 1996, sob a responsabilidade do governo federal, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social (GOMES, 2004, p. 192.)

Após o primeiro mandato do governo FHC, o Brasil contava com o sistema nacional de assistência social institucionalizado, no qual era apoiado em fundos, órgãos e conselhos estaduais e municipais além de ser periodicamente mobilizado por conferências nacionais, foro privilegiado na formação da política.

Em primeiro de janeiro 2003 deu-se início ao Governo de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, após sua quarta tentativa para se chegar ao cargo presidencial, depois de derrotar o candidato do PSDB José Serra, com 61,27% dos votos válidos, em segundo turno. A eleição de Lula, que havia sido derrotado nos anos de 1989, 1994 e 1998, é marcada por ter sido a primeira na história brasileira de um ex-operário ao posto mais importante do país, governou o país em dois mandatos (2003 até 2006, e de 2007 até 2011).

A desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres teria aumentado entre 2001 e 2003, conforme publicação do O Globo em fevereiro de 2005. Após a posse de Lula, porém, um relatório do IBGE do fim de novembro de 2007, afirmou que o governo do presidente Lula estaria fazendo do Brasil um país menos desigual.

Lula cria o Programa Fome Zero em 2003, sendo uma tentativa do Presidente da República de mobilizar as pessoas, seu objetivo era combater a fome e as suas causas estruturais, que geram a exclusão social e para garantir a segurança alimentar dos brasileiros em três frentes: Governo, Estado e Município Um conjunto de políticas públicas a favor das pessoas mais necessitadas no Brasil. O programa fez com que os olhos dos governos internacionais se voltassem para o Brasil, sendo Luiz Inácio muito elogiado por organismos internacionais. A meta era uma tarefa ousada de erradicar a fome em quatro anos e reduzir a subnutrição até 2015. No processo de revisão e ampliação dos Programas sociais do governo federal, o Programa Fome Zero acabou sendo incorporada pelo bem-sucedido Programa Bolsa Família.

O PBF foi o programa carro chefe de Lula criado por meio da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

O objetivo do Programa Bolsa Família, de acordo com os argumentos do presidente Lula e sua equipe do (MDS) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é fazer com que o Bolsa Família inaugure espaços em que as pessoas mais pobres devem lutar por seus direitos mais básicos e também por aqueles direitos que assegurem a participação nos processos de produção de decisões relativas ao bem comum de coletividade situadas (MARQUES e MAIA, 2007, p. 65-66.)

O Governo Lula lançou, em 2003, o Programa Primeiro Emprego, bandeira de campanha da eleição de Lula em 2002. Porém, o programa não deslançou: foi extinto em 2006, tendo conseguido empregar menos de 15 mil jovens, quando o plano inicial era 260 mil vagas por ano. E 2007, o programa, que dava vantagens a empresas que oferecessem vagas a jovens de 16 a 24 anos, foi excluído do projeto do PPA (Plano Plurianual) 2008-2011. Como o PPA orienta os Orçamentos a cada quadriênio, isso significava o fim da verba para o Primeiro Emprego a partir de 2008. Em 2009, o Governo estudou ressuscitar o programa, porém, até o momento não houve um consenso sobre o assunto.

Através das grandes mudanças ocorridas na Assistência social foi instaurado o Sistema Único de Assistência Social- (SUAS) que teve sua implantação em 2004, sendo uma grande evolução na política assistência social brasileira, o SUAS teve planejamento e execução pelos governos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, com uma leve parceria com a sociedade civil. O SUAS organiza serviços, programas, benefícios destinados a cerca de 50 milhões de brasileiros em todas faixas etárias.

O SUAS coloca em prática os preceitos da Constituição Federal, que integra a assistência social à seguridade social, junto com Saúde e Previdência Social sendo assim, as várias ações e iniciativas de atendimento à população em situação de vulnerabilidade social bane o voluntarismo passando a atuar sob a estrutura de uma política pública de Estado, mudando de assistencialista para direito do cidadão.

Em 2007, o BPC filiou-se ao Sistema Único de Assistência Social SUAS, e em 2008, através do decreto, apresentou os seguintes critérios para sua obtenção.

Ter 65 anos de idade, no mínimo ou com deficiência incapacitante; em ambos os casos, ser Carente, isto é, não ter renda pessoal ou familiar, superior a 25% do salário mínimo; não estar Recebendo benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, nacional ou estrangeiro, salvo assistência médica ou pensão especial de natureza indenizatória; não ter atividade remunerada; não ter meios de prover a própria subsistência ou por sua família (SIMÕES, 2009, p.228)

A miserabilidade continuou a ser critério para a concessão do BPC. Um dos critérios para o benefício advêm da divisão do salário mínimo pelo número de pessoas da família, ou seja, pelo “conjunto de pessoas que vivem no mesmo teto” (IBDEM), aonde o resultado não poderá ultrapassar o valor de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

O critério legal de incapacidade de a família prover a própria manutenção não é realista, restrita a, apenas, 25% do salário mínimo, valor incompatível com a realidade social, pois o valor fixado pela União contradiz o disposto no art. 76 da CLT, que exige expressamente, como seu requisito, com relação aos trabalhadores, ser esse valor capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (ibidem 2009 p. 330).

O BPC para várias pessoas é uma renda mensal certa, que não se assemelha ao viés do clientelismo. Trazendo ao cidadão a sua autonomia, porque com um cartão magnético em mãos o usuário vai até o banco retira seu dinheiro, sendo livre para usá-lo da melhor forma que vier lhe trazer proveito. Sendo assim confirmam um grande avanço, no âmbito da Assistência Social, como direito sem vínculo em relação ao modo formal de trabalho.

Receber, acessar um benefício social como um direito constitucional, independente do vínculo de trabalho, é sem dúvida, um marco significativo na extensão com contrato social brasileiro. Este, e talvez só este, seja o grande caráter inaugural desse benefício. A legislação social brasileira sempre exigiu a apresentação prévia da condição de trabalhador formal, com carteira assinada para ter afiançado o acesso social. A *distribuição não redistributiva* perversamente própria do modelo concentrador de renda adotado no Brasil sempre exigiu que o “suor do rosto”, provocado pelo esforço do trabalho, e formalmente atestado por outro, e não só pelo cidadão de mandatário, chegasse antes de qualquer acesso a um benefício (SPOSATI, 2004, p. 129,)

A Política Nacional da Assistência Social – PNAS estabelece a gestão do SUAS, esclarecendo que o BPC faz parte da proteção social básica. A fala apresentada nesta política relata ao BPC, esclarecendo seu papel político no âmbito social e econômico por extrair 2,5 milhões de pessoas da indigência e assim ganha efetividade e espaço. O BPC é gerenciado pelas agências do INSS. Para solicitar este benefício é necessário que se agende através de telefone da central de atendimento da Previdência Social, diretamente na agência do INSS ou via internet. No caso do idoso a partir de 65 anos, ou a perícia médica quando se tratar de pessoas com deficiência.

Em primeiro de janeiro de 2011, Dilma Rousseff assume a presidência, dando início a um período histórico sendo marcado pelo fato de uma mulher assumir o poder no Brasil. Dilma Rousseff fez parte do Governo Lula como Ministra de Minas e Energia e, mais tarde, Ministra-Chefe da Casa Civil do Brasil.

A reeleição de Dilma no segundo turno da eleição presidencial de 2014 garantiu-lhe o direito a um segundo mandato eletivo presidencial, de 1º de janeiro de 2015 até 1º de janeiro de 2019. Dilma deu continuidade aos Programas de Transferência de Renda já estabelecidos no governo Lula.

No BPC houve a alteração surgindo o BPC na escola no intuito de acompanhar e monitorar o acesso e permanência das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada BPC, na escola.

O projeto abrange a faixa etária de 0 a 18 anos, com um trabalho em rede, de forma a articular as políticas de saúde, educação, Assistência Social facilitando o seu amplo desenvolvimento e participação social e cidadã.

A presidente também lançou o programa Brasil sem Miséria, que tinha como foco principal emancipar cerca de 16,2 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema que vivem apenas com uma renda inferior a R\$70,00 mensalmente. O programa tinha por principais pontos a ampliação do bolsa família, e a criação do Bolsa Verde², a capacitação de trabalhadores e a construção de cisternas, que são reservatórios de água.

² Programa que concede um benefício financeiro a cada três meses às famílias extremamente pobres que vivem em áreas de reservas extrativistas ou em áreas de conservação ambiental. Famílias com renda familiar por

Em 1 de Agosto de 2016, acontece o impeachment do então presidente Dilma Rousseff destituindo-a do poder, o então vice-presidente Michel Temer assume o poder, fazendo algumas reduções nos programas sociais devido a atual crise econômica que o país perpassa.

Neste governo ocorreram mudanças referentes à obtenção do BPC e os demais benefícios de transferência de renda, através do decreto 8.805/2016^o passa a ser a principal porta de entrada para todos os programas sociais CadÚnico³ informando acerca da composição e renda familiar, por haver o cruzamento de dados é necessário que seja informado sobre todas as alterações que ocorrerem no núcleo familiar, tanto no que se refere a renda quanto aos membros da casa.

Com o cadastro único, o governo fica sabendo quem é e como vivem as famílias brasileiras mais pobres. Assim, o governo consegue entender quais são as principais dificuldades que a sua família enfrenta e como pode ajudar a melhorar as suas condições de vida. Fazendo parte do cadastro único, sua família pode ser beneficiada por diversos programas como o Bolsa Família, a tarifa Social de energia elétrica, e até mesmo o Programa Bolsa família sendo que está cadastrado e uma das condições para passar nos procedimentos burocráticos do benefício. (

Para obtenção do programa bolsa família sendo este um dos mínimos sociais estabelecidos pelo governo federal, é necessário ter uma renda per capita de até R\$ 85,00 mensais, caso a família tenha em sua composição crianças ou adolescentes de até 17 anos de idade, o valor passa para R\$170,00 mensais, a seleção é realizada por meio de um sistema² informatizado, ou seja, embora seja uma das exigências para aderir ao programa está cadastrado no CadÚnico não significa a entrada imediata a concessão do benefício. A inserção no CadÚnico é realizada por uma pessoa que será intitulada responsável familiar dentro do banco de dados, essa pessoa deve ter idade mínima de 16 anos e preferencialmente do sexo feminino. Para efetuar o cadastro é necessário apresentação do CPF e os demais

pessoa de até R\$ 77,00, residentes em áreas protegidas e que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária, territórios ocupados por comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas ou outras áreas rurais definidas por ato do Poder Executivo.

³ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. (www.mds.gov.com.br)

documentos do representante familiar, além dos integrantes da composição familiar, caso haja filhos na escola é necessário levar a declaração escolar, sendo que um dos critérios para manter o benefício é não haver evasão escolar além de estarem em dia com seu cadastro na rede de saúde, podemos citar como exemplos a atualização do cartão de vacinação e a pesagem dos integrantes familiares. Não podendo esquecer a atualização do cadastro a cada 2 anos, caso houver mudanças na renda, na composição familiar ou mudança de endereço é necessário atualizar o cadastro único, caso contrário, corre o risco do corte do benefício.

Mesmo se não tiver nenhuma mudança nas informações da sua família, é necessário atualizar o cadastro no máximo a cada dois anos. Se o cadastro não for atualizado no máximo em anos, sua família não poderá participar dos programas sociais e, se já for beneficiária pode perder o benefício. Depois de 4 anos sem atualizar, o cadastro é excluído pelo governo (WWW.MDS.gov.br)

Podemos citar também um retrocesso ao primeiro damismo na gestão presidencial atual, onde o presidente nomeia a sua esposa a coordenar o programa social cujo nome é criança feliz, instituído pelo decreto 8.869 de 5 de outubro de 2016, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. O programa fortalece a trajetória brasileira de enfrentamento da pobreza com vistas à redução de vulnerabilidades e desigualdades potencializando a integração do acesso à renda com inclusão em serviços e programas. Ressalta também os compromissos do país com olhar voltado às crianças com deficiência beneficiária do BPC e suas famílias e também aquelas crianças em serviço de acolhimento, privadas do convívio familiar e suas famílias.

Art. 3º do Decreto Nº 8.869/2016: promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; apoio às gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo o vínculo e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até 6 anos de idade; mediar o acesso da gestante, de crianças na primeira infância e de suas famílias à políticas e serviços públicos que necessitem; integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias.(Decreto Nº8.869/2016).

Sendo o público alvo: gestantes, crianças de até 36 meses e suas famílias do programa bolsa família; crianças de até 72 meses e suas famílias beneficiárias do BPC; crianças afastadas do convívio familiar em razão de medida de proteção prevista no Art. 101, caput, incisos VII e VIII, da lei N°

8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias. O público alvo do programa prioriza crianças e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.

2. CAPÍTULO II – O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC

2.1 O Serviço Social enquanto especialização do trabalho no capitalismo: Sua gênese e sua instrumentalidade.

]

A prática da assistência aos pobres é antiga na humanidade. Em diferentes sociedades, a solidariedade dirigida aos necessitados, aos viajantes, aos doentes e aos incapazes sempre esteve presente. Esta ajuda pautava-se na compreensão de que na humanidade sempre existirão os mais frágeis, que serão eternos dependentes e precisam de ajuda e apoio (ALVES, 2009, p.50).

No Brasil, até 1930, não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social ⁴e quando esta emergia para a sociedade, era tratada como “caso de polícia” e problematizada por intermédio de seus aparelhos repressivos. Dessa forma a pobreza era tratada como um desajuste individual.

A primeira grande regulação da assistência social no país foi a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS - criado em 1938. Segundo Mestriner (2001 p.57-58):

O Conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar. Transita pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia.

Na criação deste Conselho fica clara a parceria estabelecida entre o Estado e alguns segmentos da elite brasileira na concessão de auxílios financeiros e subvenções a organizações da sociedade civil destinadas ao amparo social dos pobres. O conceito de amparo social neste momento é tido como uma concepção de assistência social, porém identificado com benemerência. Portanto, o CNSS mesmo de maneira pontual e focalista foi a primeira presença da assistência social na burocracia do Estado brasileiro.

⁴ Segundo Yamamoto (1999, p. 27) e Alves (2008, p.15), a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada

Em outubro de 1942 foi fundada pela primeira dama do Governo Federal – Darcy Vargas, a LBA- Legião Brasileira de Assistência, que se tornaria a primeira instituição de assistência social no Brasil. Segundo Sposati (2004 p.20), a LBA foi uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltadas para “congregar as organizações de boa vontade”, ou seja, as organizações que desempenham algum trabalho social.

Segundo Lonardoní, Gimenes e Santos⁵, para desenvolver suas funções a LBA busca auxílio junto às escolas de serviço social especializadas. Dessa forma, há uma aproximação de interesse mútuo entre a LBA e o serviço social, pois a LBA precisava de serviço técnico, de pesquisas e trabalhos técnicos na área social e o serviço social estava se firmando e precisava se legitimar enquanto profissão.

O Serviço Social, enquanto profissão especializada na divisão sócio técnica do trabalho, no âmbito das políticas sociais, sobretudo, de assistência social no Brasil, com seu surgimento enquanto profissão se deu pelo fato das necessidades da sociedade capitalista. Contudo o profissional se enquadra como um participante da reprodução das relações sociais, no quadro de contradição entre capital e trabalho:

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e a expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder do Estado em conjunturas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a que se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. (IAMAMOTO, 2003, p.77).

O Serviço Social está diretamente ligado com os interesses da classe burguesa, contudo, também está sujeito a classe proletária sendo o mediador entre essas classes.

A antagonidade é característica presente em países industrializados assim como os grandes índices de miséria na área urbana.

⁵ O processo de afirmação da assistência social como política social. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm. Consultado em 17/05/2017

Na década de 30, acontece uma urbanização desordenada no Brasil, causando contradições da industrialização no qual surgem as lutas reivindicatórias, os proletários se organizam, causando hostilidade no outro grupo. Surge nesse período através do papel pacificador vindo do Estado, a institucionalização do Serviço Social que, movido pelas grandes mudanças sociais advindas do processo de transição do modelo agrário-comercial para o modelo industrial, atuando face à “questão social” que é apresentada perante todos, De acordo com Yamamoto (2004, p. 18) “o debate sobre a ‘questão social’ atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a igreja a se posicionarem diante dela”.

A Igreja Católica foi peça fundamental na abertura das duas primeiras escolas de Serviço Social: a Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1936 e a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, em 1937, sendo ambas escolas as pioneiras do Serviço Social no Brasil, essas escolas foram resultado da ampliação das práticas de assistência social, através do assistencialismo e do caráter fortemente religioso o curso era constituído de formação técnica, sendo influenciado pelos meios cristãos. Sua metodologia fundamentava-se no homem enquanto ser livre, desenvolvido e dotado de inteligência, dotado do direito de viver em sociedade, obtendo dela os meios necessários à sua sobrevivência.

De acordo com Yazbek (2000b, p. 92)

(...) terá particular destaque na estruturação do perfil da emergente profissão no país a Igreja Católica, responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. Cabe ainda assinalar, que nesse momento, a questão social é vista a partir de forte influência do pensamento social da Igreja, que a trata como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam, embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará no Serviço Social efetivas possibilidades de desenvolvimento.

Conforme Silva (1995) desde o ano da criação das primeiras escolas de Serviço Social até 1945 são definidos três eixos para a formação profissional do assistente social são eles:

1-Formação científica, no qual era necessário o conhecimento das disciplinas como Sociologia, Psicologia, Biologia, Filosofia, favorecendo ao educando uma visão holística do homem, ajudando-o a criar o hábito da objetividade;

2-Formação técnica, cujo objetivo era preparar o educando quanto sua ação no combate aos males sociais; e a

3-Formação moral e doutrinária, fazendo com que os princípios inerentes à profissão sejam absorvidos pelos alunos.

O crescimento da economia norte-americana na América Latina resultou na adoção do Brasil pelo desenvolvimentismo que monopolizava a economia e a política, apresentando influência norte-americana também no Serviço Social.

Foi no âmbito da influência norte-americana que importamos, progressivamente, os métodos de Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo, Organização de Comunidade e, posteriormente, Desenvolvimento de Comunidade. (SILVA, 1995, p. 41).

O Serviço Social de Caso encuba-se da abordagem individual, tendo como comunidade a família, com o intuito de atuar nos fatores causais ou problemas em potencial interligados à saúde, no contexto sócio-econômico-cultural e emocional. Utiliza abordagem individual como instrumento de identificação de situações sociais e problemas comuns à população, para planejamento posterior de atividades grupais e programas específicos.

“o Serviço Social de Caso é o processo que desenvolve a personalidade através de um ajustamento consciente, indivíduo por indivíduo, entre os homens e seu ambiente”. “Essa teoria visava à personalidade do indivíduo, buscando mudá-lo, com adequações nas atividades e comportamento, ou seja, por meio de ajuda psicossocial, e, assim, adaptá-lo ao meio social” (Vieira, 1978, p.44).

O Serviço Social de Grupo faz uso da abordagem grupal nas situações sociais de problemas identificadas em número significativo de clientes. Participa e organiza grupos para a participação no processo social.

[...] uma prática que visa minorar o sofrimento e melhorar o funcionamento pessoal e social de seus membros, através de específica e controlada intervenção de grupo, com a ajuda de um profissional (KONOPKA, 1979, p. 33).

O Serviço Social de Comunidade conserva o entrosamento das instituições da área, intentando ao conhecimento das necessidades comunitárias e estabelecendo atividades conjuntas para o aproveitamento total e dinâmico dos recursos existentes.

[...] um esforço consciente e deliberado para ajudar as comunidades a reconhecerem suas necessidades e a assumirem responsabilidade na solução de seus problemas pelo fortalecimento de sua capacidade em participar integralmente na vida da nação. (Vieira, 1978, p.252).

A profissão de Serviço Social surge, nesse contexto, para atender aos interesses da burguesia em uma perspectiva assistencialista, sem reflexão crítica distintamente da contemporaneidade, onde o profissional de serviço social realiza sua função meio da investigação, diagnóstico, planejamento, projetos de pesquisa, avaliação das demandas e intervenção da realidade social.

Transcorrendo as décadas de 50 e 60, o assistente social é treinado como mão- de-obra capaz de conduzir os programas sociais, com grande importância na realização do modelo desenvolvimentista assumido pelo país. Em meados da década de 60, na América Latina se constata a ineficácia da proposta desenvolvimentista surgindo a proposta de transformação da sociedade, no qual se questiona a metodologia, os objetivos e os conteúdos necessários para a formação profissional, como resultado, muitas escolas em crise ideológica. Tem-se então, o movimento de reconceituação, que visava a ação profissional do Serviço Social seriam os problemas estruturais da sociedade, não apenas relacionados aos problemas individuais, grupais e comunitários.

Visto o clima repressivo e autoritário, advindos das mudanças políticas da década de 60, os Assistentes Sociais se refugiam, cada vez mais, em uma discussão dos elementos que supostamente conferem um perfil peculiar à profissão: objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, enfatizando a metodologia profissional. O paternalismo autoritário presente na ação profissional e desenvolve métodos de imposição mais sutis que preconizam a 'participação' do 'cliente' nas decisões que lhe dizem respeito. (IAMAMOTO, 2004, p. 33).

A nova fase da profissão teve início no contexto da ditadura militar que ocorreu no Brasil de 1964 a 1985, a partir do golpe o governo passou a ser regido pelos militares e se apresentava sob duas faces: a ideológica e a repressiva, reproduziam uma ideia em que tudo que o poder governamental fazia era para o

bem da população, era para o desenvolvimento do país, assim faziam com que um grande contingente populacional reproduzisse essa ideia. Aqueles que iam de encontro com ideal burguês sofriam grande repressão e violência, física e moral, que fez com muitas pessoas fossem mortas, ou outros exilados (NETTO, 2005). Desta forma o Serviço Social neste primeiro momento se apresentava como reprodutor das formas tradicionais do início da profissão, com uma prática paliativa, caritativa, assistencialista, prática essa reforçada pela autocracia burguesa.

De acordo com Netto (2005, p. 118)

Tudo indica que este componente atendia a duas necessidades distintas: a de preservar os traços subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme estrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contra restar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados as estruturas organizacional -institucionais em que se inseriram tradicionalmente os assistentes sociais.

O trabalho dos assistentes sociais era de subalternidade, agiam como meros executores de políticas sociais, pois reproduziam um sentido de ordem na autocracia burguesa, agiam como mantenedores da ordem e controle da sociedade. Com a reorganização da sociedade por parte do Estado, foram feitas mudanças no país que refletiram modificações ao cenário do Serviço Social em dois âmbitos: o da prática e da formação profissional. Na prática profissional há uma expansão do mercado de trabalho ao Serviço Social, as novas demandas exigiam um profissional com novas características, visto que, com a implantação de uma modernização por parte do estado, e indústrias para a reprodução do capital, também com a permanência de modelos econômicos utilizados anteriormente no país, remodelados para inserção na dinâmica capitalista, evidenciou-se o rural, um aumento populacional, que trouxe miséria, violência, e muitas outras frações da questão social para a sociedade brasileira. O mercado de trabalho para o assistente social seja em instituições estatais ou mesmo privadas demandava um profissional com postura moderna, que atendesse as exigências de uma racionalidade burocrático-administrativas em meio à modernização conservadora “no sentido de compatibilidade do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades diamantes daquela racionalidade” (NETTO, 2005. p. 123).

A burguesia exigia uma nova postura do profissional, era necessário que agisse com racionalidade. Assim o assistente social tem uma significativa modificação no seu agir profissional como ressalta Netto (2005. p. 123):

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exigia-se um assistente social ele mesmo “moderno” –com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionais”.

Com as modificações ocorridas na prática, a formação do Serviço Social também passou por mudanças, ocorreu a inserção do ensino do Serviço Social nas universidades, pois antes havia apenas escolas isoladas, carentes de recursos, muito ligadas a valores morais, com as mudanças na sociedade as unidades se tornaram complexos universitários. O Serviço Social passou a interagir com disciplinas das ciências sociais como psicologia, antropologia e sociologia, contando também com disciplinas do viés da ditadura militar. Esta formação era demandada das exigências que se faziam no mercado de trabalho posto na esfera da ditadura militar. Com a entrada das ciências sociais no âmbito da universidade, o Serviço Social começou a mudar tendo com isso uma postura crítica para seus fundamentos (NETTO, 2005).

A intenção de ruptura começou nas universidades fundamentalmente nos cursos de pós-graduação, atrelada fortemente a existência de um ambiente cultural rico e autônomo nas universidades. Foi neste período que o Serviço Social passou a questionar o objeto da profissão

Desta forma a renovação do Serviço Social implica na formação de uma pluralidade profissional, perspectivas diversificadas que é “radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem” (NETTO, 2005), visto que com a inserção das disciplinas das ciências sociais os profissionais passaram a ter uma visão crítica da sociedade e de sua própria atuação. Assim três perspectivas são apresentadas por Netto (2005) neste processo de renovação do Serviço Social: perspectiva modernizadora, perspectiva de reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura apresentadas a seguir. A Perspectiva Modernizadora é a

primeira perspectiva do processo de renovação do Serviço Social no Brasil e começa a ganhar força durante a crise do tradicionalismo da profissão. Essa perspectiva teve como marco principal adequar o Serviço Social às demandas abarcadas pelo processo sociopolítico oriundos do golpe militar.

A Perspectiva Modernizadora tem seu ápice por meio de documentos fundamentais: os seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) organizados pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social). Percebe-se a preocupação dos profissionais de Serviço Social com o aperfeiçoamento do instrumental operativo com os procedimentos metodológicos e técnicos, como também com os padrões de eficiência. A segunda perspectiva trazida por Netto é a reatualização do conservadorismo que se manifesta no interior da complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional, sem prejuízo dos elementos renovadores que apresenta. (NETTO, 2005).

A terceira perspectiva é a intenção de ruptura, esta almejava romper totalmente com o Serviço Social tradicional, propunha uma quebra quer com seus procedimentos metodológicos, ideológicos e teóricos, com o seu conservadorismo, a tradição positivista. Esta perspectiva recorre principalmente ao pensamento marxista, que era tida de forma progressiva na sociedade. “A perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico -metodológicas e prático-profissionais” (NETTO, 2005. p. 250)

Essa perspectiva tem caráter opositor à autocracia burguesa. É caracterizada pela formação de uma massa crítica de assistentes sociais que se puseram a procurar alternativas para a superação da prática do serviço social tradicional. Sua emergência é baseada principalmente no método Belo Horizonte que surgiu na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais elaborado por jovens profissionais preocupados em dar uma nova visão ao Serviço Social, “elaboraram (...) uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da intervenção profissionais e no plano da formação” (NETTO 2005.p. 263).

Por meio do movimento de reconceituação emerge a construção de uma teoria e de uma prática, comprometida com a realidade latino-americana, ação

profissional, posição ideológica engajada na luta com a classe oprimida e explorada. As conquistas do movimento de reconceituação foram à interação profissional continental que respondessem as problemáticas comuns da América Latina sem as tutelas confessionais ou imperialistas, críticas ao modelo tradicional e inauguração do pluralismo profissional.

O Movimento de Reconceituação trouxe para os assistentes sociais a identificação político-ideológica da existência de lados antagônicos – duas classes dominantes e dominados, negando, a neutralidade profissional, que historicamente tinha orientado a profissão. Esta verdade despertou na categoria a possibilidade de articulação profissional com o projeto de uma das classes, dando início ao debate coletivo sobre a dimensão política da profissão.

Coloca-se em evidencia que o Movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina se constituiu numa expressão de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador; e na possibilidade de uma nova identidade profissional com suas ações voltadas às demandas da classe trabalhadora tendo o eixo de sua “preocupação da situação particular para a relação geral – particular”, e passa a ter “uma visão política da interação e da intervenção” (FALEIROS, 1981, p.133).

O Movimento de Reconceituação se cria e se desenvolve a partir da identificação político-ideológica da profissão pelo capital e da negação de uma prática conservadora do Serviço Social, afirmando um compromisso político com a classe subalterna. (SILVA e SILVA, 1995, p. 86 apud MOTA, 1987, p. 15-16).

Estes fatores foram decisivos na inquietação dos assistentes sociais em relação ao seu papel profissional diante as expressões da “questão social”. As ações profissionais começaram a ser questionadas quanto a sua eficácia mediante a realidade social brasileira, assim como os fundamentos teóricos e metodológicos que fundamentavam sua prática. O que resultou na união de um grande grupo heterogêneo de profissionais “interessados em promover efetivamente o desenvolvimento econômico e social”, marcando assim os primeiros passos para a renovação profissional. (NETTO, 2005, p.10).

A partir da Renovação do Serviço Social, podemos observar o grande ganho para a profissão, profissionais com uma visão ampla, onde se tem profissionais, com

conhecimentos atualizados e acima de tudo a ética profissional. O Serviço Social é intitulado como uma profissão puramente social na medida em que intervém em várias realidades no qual discutem as causas das expressões da questão social colocadas pelo sistema capitalista. Tais intervenções precisam ter um parâmetro legal para dizer aquilo que é certo ou errado, portanto as intervenções do assistente social são baseadas a partir do projeto Ético-político, e da ética profissional, mas, ele só surgiu e deu resultado a partir de constantes discussões em torno da história da profissão.

A escola de Serviço Social de Belo Horizonte foi o ponto central de questionamento entre alunos e profissionais em meados dos anos 70. Sendo que tal questionamento surgiu por causa do modelo de ser da profissão e da sua formação profissional já iniciada. Segundo os profissionais da escola de Belo Horizonte tinha se iniciado uma fase de grandes buscas. Os documentos produzidos pelo grupo chileno que era o ponto crucial do movimento sendo eles o modelo de estudo

O questionamento da tradicional prática social e a formação de uma nova visão de mundo e de sociedade levaram a uma redefinição da profissão. O papel de educador político, os objetivos da ação, definidos por conscientização, organização e mobilização das classes populares, conjugados ao novo conjunto teórico que fundamentava a formação e a ação dos novos assistentes sociais eram alguns dos componentes básicos que sustentavam o compromisso ideológico então assumido pela profissão. Naquele momento, partindo do princípio de que as instituições são aparelhos reprodutores do sistema, e como tal cristalizam os interesses das classes dominantes, as comunidades passavam a ser o campo preferencial de exercício da prática. Era como se as comunidades estivessem resguardadas de qualquer influência ideológica. (SANTOS, 1982, p. 107-113)

Nessa busca diária, os profissionais optaram pela avaliação do processo de formação da escola, sendo a partir daí elaborado uma estrutura curricular que mudou todo o processo de ensino. Foi nesta reorganização que surgiu o método BH. O contexto da Escola mudará de acordo com que ia avançando a implantação da nova estrutura curricular, e o método BH foi implantado em campo experimental. Esta experiência foi desenvolvida na Universidade Católica de Minas Gerais entre os anos 1972 e 1975.

Segundo Netto, 1993

O método BH foi uma alternativa global ao tradicionalismo. Neste sentido, postulava como objeto de intervenção profissional a ação social da classe oprimida, como objetivo a transformação da sociedade do homem. Os meios para alcançar estes objetivos seriam a organização, capacitação e mobilização.

A estrutura curricular que começou a servir como modelo, tendo como base os princípios e diretrizes do movimento de reconceitualização, conduzia o ensino para a formação de profissionais comprometidos com uma opção ideológico-política, ideológica, dessa forma levaria os assistentes sociais a assumirem um compromisso com o processo de educação política das classes populares.

A instrumentalidade do Serviço Social que se apresenta não se constitui apenas em termos teórico-filosóficos. Tais reflexões se constituem através dos processos históricos da realidade social e possui como matéria prima a profissionalidade do Serviço Social, sendo que a mesma encontra-se construída, conduzida e reconstruída no movimento entre conservadorismo e renovação, mobilizando a intervenção dos assistentes sociais.

Entender a posição que a dimensão instrumental da intervenção abarca na prática do assistente social exigiu a inclusão de referências teórico-metodológicas, procedimentos analíticos, categorias intelectivas que ultrapassam o âmbito do serviço social e das diferentes formas de ser e pensar a profissão.

A atividade social e o espírito social não existem apenas na forma de uma atividade diretamente comunitária e de um espírito imediatamente comunal. [...] mesmo quando eu sozinho desenvolvo uma atividade científica [...] sou social porque é enquanto homem que realizo tal atividade. Não é só o material da minha atividade [...] que me foi dado produto social. A minha própria existência é atividade social (MARX, 1975: 195).

Podemos entender historicamente que os processos sociais é construída no movimento do ser, através dos meios que garantam a ordem aos fenômenos e práticas sociais. A comunicação entre lei e fato é o que dá inteligibilidade a realidade

Enquanto prática profissional historicamente produzida pela divisão social é técnica do trabalho, de um lado, e pela intervenção profissional de seus agentes, de outro, o serviço possui diversas racionalidades. Este núcleo inteligível, construído na fricção entre as condições objetivas sobre as quais a ação do assistente social incide e a posição teleológica de seus agentes, materializa-se em ações profissionais (GUERRA, 1995: 32,33)

A ética traz uma compreensão sobre a particularidade de cada indivíduo e sua dimensão social. Por isso que Serviço Social usa da Ética no seu fazer profissional, pois passa a ser claro que as práticas e atividades do ser humano correspondem a interesses diferentes e cheios de conflitos, por essa razão que a profissão tem um caráter político, com o intuito de preencher essas lacunas aparecem como processo transformador ouir contra a alienação do ser humano.

Se as necessidades humanas são desenvolvidas ao longo do desenvolvimento sócio histórico do homem, a constituição desse mundo pratico material-ideal permite visualizar como o desenvolvimento do ser social transcende a esfera das objetivações materiais, essa forma qual se autonomiza para as esferas de valor, da ética, da ate, da ciência e etc. Dessa forma temos diversas formas de prática: pratica política, pratica artística, pratica produtiva e as diversas formas de pratica profissional. (TEIXEIRA, 2009, p.3).

Tais perspectivas e ideais do código de ética apenas se materializam no fazer profissional. O código de Ética profissional orienta como deve ser o exercício profissional, mostra como deve ser as relações no espaço sócio ocupacional.

O Projeto Ético-Político do serviço social está ancorado num ideal mais abrangente, que tem como objetivo a transformação social, e emancipação. Por que motivo ele sofre impactos de movimentos opostos que se materializam na sociedade. As ações e intervenções profissionais estão determinadas dentro dos espaços sócio ocupacionais trazendo como centralidade o compromisso com a autonomia, a emancipação.

Teixeira (2009) afirma que o projeto Ético-Político se efetiva integralmente na sociedade, ou seja, não há uma relação objetiva desse projeto não dependem exclusivamente de nossas ações, mas da relação com um projeto societário mais amplo, cujas expectativas deverão ser correspondidas via praticas sócio profissional. Além do mais, devem-se levar em consideração as transformações das condicionantes da esfera social, dos elementos que a constitui, dos interesses e dos movimentos que movem toda a sua dinâmica.

O projeto Ético-Político do Serviço Social tem como complemento um projeto societário, extremamente democrático, que tem como ponto central o reconhecimento da liberdade. Dessa forma traz a proposta da construção de uma nova ordem social, extraíndo a exploração ou dominação de classe, etnia e gênero,

em palavras mais claras esse projeto tem como objetivo a transformação da sociedade brasileira.

Os projetos societários apresentam uma imagem da sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Constituem-se em projetos macroscópicos, para o conjunto da sociedade. São, portanto, projetos de classe. (NETTO: 1999: 54)

É papel do assistente social dar ao projeto societário um cunho transformador e não apoiar a ordem burguesa. É necessário desse profissional intervir eticamente para que o usuário traga até ele seus anseios e problemas.

Portanto foi só a partir do projeto Ético-Político que se pode firmar um debate sobre a formação profissional na qual o objetivo maior era em estruturar a profissão sobre as novas condições estabelecidas para o perfil profissional.

2.2 O trabalho do assistente social na operacionalidade do BPC, tendo como parâmetro o CRAS do bairro Nossa Senhora Aparecida em Caratinga– MG.

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Nossa Senhora Aparecida foi implantado em 2005, fica localizado a Rua Princesa Isabel, nº. 180 – Centro de Caratinga MG, é um equipamento vinculado ao sistema de proteção social básica do SUAS, tendo por objetivo prevenir ocorrências de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios que abrange, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além da oferta do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso ao direito e cidadania.

A oferta do serviço no CRAS deve ser planejada e depende de um bom conhecimento do território e das famílias que nele vivem suas necessidades, potencialidades, bem como o mapeamento das ocorrências de situações de risco de vulnerabilidade social e das ofertas já existentes. (MDS, 2009, 9).

O equipamento atende diariamente 400 usuários dia com as diversas ações desenvolvidas como: Entrevista social, visita domiciliar, estudo social, encaminhamentos, escuta qualificada, orientações, estudo de caso,

acompanhamento familiar particularizado e/ou grupo, elaboração de relatórios, planos de ação, planejamentos, registros em cadastros e prontuários, dentre outros.

De acordo com a tipificação dos serviços socioassistenciais e a NOB-SUAS o trabalho no âmbito do CRAS é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar. O trabalho da equipe se dá de forma preventiva, visando a promoção social dos usuários, com uma atuação mais próxima, acolhedora e compreensiva, promovendo a escuta e o acolhimento aos mesmos. É um trabalho desenvolvido e voltado para amenizar as expressões da questão social, pois o CRAS está implantado em território de situação de risco, onde apresenta uma quantidade expressiva da questão social. Então um dos objetivos seria descobrir as dificuldades enfrentadas pelo público alvo e realizar um trabalho voltado para promoção do bem estar coletivo daquele território no qual o CRAS atua e atende, tendo por objetivo principal a emancipação dos usuários em situação de vulnerabilidade. A equipe multidisciplinar busca através do diálogo colaborativo entre todos os envolvidos discutir ideias, ampliar e construir novos significados para os casos trazidos pela equipe técnica do CRAS, valorizando a multidisciplicidade de opiniões e perspectiva que as equipes em sua diversidade, podem oferecer.

A equipe multidisciplinar é composta pela coordenadora, 3 assistentes sociais, 1 psicóloga, 1 auxiliar administrativo, 2 facilitadores de oficina, 5 orientadores sociais, 1 motorista, 1 educador físico, 1 recepcionista e uma profissional de serviços gerais.

É necessário que o técnico de referência que atua frente ao BPC promova a articulação entre benefícios, transferência de renda e serviços, garantindo que as informações sejam compartilhadas, de modo a iniciar a estruturação de uma rede de proteção social de assistência social nos territórios. Tal articulação permite a identificação das demandas, inclusive dos beneficiários do BPC. Portanto é necessário o acompanhamento dessas famílias pelo PAIF, de modo a assegurar os demais direitos dos beneficiários e suas famílias. A articulação da rede socioassistencial presume o estabelecimento de conexão e fluxo entre o CRAS e o INSS para a garantia do acesso ao BPC, a fim de contribuir para a gestão integrada de serviços e benefícios, permitindo o acesso dos benefícios de transferência de renda aos serviços socioassistenciais locais.

Sabe-se que atuação profissional do Assistente Social perpassa todo o processo do BPC- do requerimento ao acompanhamento familiar. Com a aprovação do Decreto nº 8805/2016, a inscrição no cadastro único passou a ser requisito obrigatório para a concessão e manutenção do benefício, fortalecendo, assim, o papel do assistente social neste processo.

O assistente social, através do BPC e da articulação deste benefício com as demais políticas públicas, tem a possibilidade de reduzir as vulnerabilidades sociais e econômicas dos seus atendidos, contribuindo assim, para a redução da desigualdade social. Daí a necessidade de identificar no CRAS do bairro Nossa Senhora Aparecida conhecido por ser um território de extrema vulnerabilidade social – o impacto do trabalho do assistente social junto ao BPC.

A relevância desta pesquisa para a categoria profissional é demonstrar a potencialidade desta profissão em áreas de atuação interdisciplinar, e para o meio acadêmico, é servir como bibliografia para aqueles que pretendem aprofundar a temática.

A pesquisa foi realizada pelo método qualitativa, semiestruturada, com aplicação de questionário a 2 (dois) profissionais que trabalham frente a demanda do BPC, com intuito de salientar a operacionalidade do benefício como instrumento de trabalho do profissional.

A pesquisa foi realizada com dois profissionais sendo denominadas na pesquisa de Entrevistada A e Entrevistada B.

Ambas são do sexo feminino.

No Brasil o Serviço Social se institucionaliza e se legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, como suporte da Igreja católica na perspectiva do enfrentamento e regulação da questão social, a partir dos anos de 1930. Sendo que, desde a emergência da profissão do Serviço Social no Brasil observamos a predominância do sexo feminino entre tais profissionais. Assim, a predominância feminina na profissão do Serviço Social em suas origens, está diretamente ligada às características enraizadas e culturalmente legitimadas ao âmbito feminino. (IAMAMOTO; CARVALHO 2007).

Atualmente prevalece o caráter feminino da profissão, no qual muitos seguem a idéia do primeiro damismo como acontecia no início da profissão, por isso ainda

observa-se poucos profissionais do sexo masculino frente a profissão de Serviço Social.

Ambas as profissionais possuem formação em Serviço Social e pós graduação em Lato Sensu.

Pensar a formação profissional no presente é, ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidas, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social (IAMAMOTO, p.169, 2003).

É notável que as profissionais trabalham em prol da efetivação e viabilização dos direitos a seus usuários, porque sempre buscam conhecimentos teóricos metodológicos incessantemente.

As profissionais são concursadas, sendo uma como assistente social e a outra como THD- Técnico de Higiene Dental, estando a mesma em desvio de função, e atuando como assistente social no momento.

“Cargo ou emprego denominado técnico, são aqueles para cujo exercício seja indispensável a aplicação de conhecimentos específicos, inclusive com aplicação de métodos científicos, de grau de complexidade superior. Cargo ou emprego que apresentem atribuições repetitivas, de natureza burocrática, não se inserem no contexto de técnico”. (CRESS, ES, 2008).

A carga horária exercida pelas profissionais entrevistadas são equivalente à 30 horas semanais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber-que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art.-1o A Lei-no 8.662, de 7 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5o-A: “Art. 5o-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.” Art. 2o Aos profissionais com contrato de trabalho em vigor na data de publicação desta Lei é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário. Art. 3o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (LEI Nº 12.317 - PLANALTO)

A carga horária dos profissionais de Serviço Social nem sempre seguiu essa lei, ela só se tornou possível após longos anos de luta e reivindicações enfrentadas pela classe, tornando-se lei as 30 horas semanais de trabalho.

As profissionais tem a possibilidade de ter outro vínculo empregatício pelo fato de a carga horária ser de 30 horas semanais.

A excepcionalidade, portanto, advém das alíneas do Artigo 37, no próprio texto constitucional, que assim rezam: “Art. 37...XVI -é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI.a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. (CRESS).

O profissional tem que optar em ter outro vínculo empregatício pelo fato de mesmo sendo uma carga horária flexível, ele vem a ser mal remunerado, forçando-o então a buscar outros meios de complementar sua renda mensal para garantir seu sustento e daqueles que vivem sob sua responsabilidade. Porém a luta da classe continua intensa por um piso salarial que consiga contornar essa situação precária que enfrentam.

O tempo que cada profissional atua frente ao Serviço Social varia entre 5 à 10 anos aproximadamente.

Se não há como retirar o valor da experiência empírica e do saber que pode ser acumulado através dos anos, uma coisa não deve ser esquecida: a experiência pode cegar, pode dificultar novas percepções, novas análises, novas buscas de relações, limitando, conseqüentemente, o processo de reconstrução permanente, tão importante para a profissão. (JUNCÁ, MORAES E SANTOS, 2010, p.441).

É notável que ambas as profissionais tem um bom tempo de atuação como assistente social, concluindo assim que possuem uma vasta experiência no campo que atuam, sendo que frente ao Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, varia entre 1 a 5 anos.

Para a qualificação da formação e do exercício profissional é necessário uma apropriação mais rigorosa da base teórico-metodológica, um reconhecimento da dimensão política da profissão e suas implicações mais além do campo estrito da ação profissional, pensada a partir da inserção nos movimentos organizados da sociedade, e o aperfeiçoamento técnico-operativo [...] como uma exigência para a uma inserção qualificada do assistente social no mercado de trabalho (IAMAMOTO, 1997, p. 35).

Ao observar que as profissionais tem um bom tempo de atuação no equipamento, podemos constatar que conhecem bem a demanda no qual é ofertada a elas enquanto profissional, dando-lhes respaldo suficiente em sua atuação, pois esse tempo atuando no CRAS demonstram uma grande proximidade com os usuários atendidos.

Quando perguntadas Como é o seu local de trabalho e se Garante sigilo, é notável as divergências das respostas, pois a entrevistada A afirma que o local de trabalho garante sigilo e está dentro das normativas e orientações técnicas, no entanto existe uma divergência na resposta da entrevistada B , no qual a mesma considera que o local de trabalho atende as necessidades para sua atuação, contudo pode haver uma melhora significativa, e que o local não garante sigilo necessário para seus atendimentos. Ou seja, isso diverge de profissional para profissional, pois cada um possui uma visão contraditória, que as vezes será crítica outrora não, que serão utilizadas no ambiente de trabalho.

Pode-se compreender que além de um direito do assistente social, o sigilo também é um dever do profissional, o que é explicitado no art.16, segundo o qual é o compromisso ético com o Sigilo que “protegerá o usuário de todas as informações que o Assistente Social venha a tomar conhecimento, através de sua atuação profissional” (CFESS, 1993, p.7).

Cada profissional possui uma visão diferenciada acerca de seu local de trabalho, contudo alguns tem em mente que absolutamente tudo está da melhor forma, enquanto outros almejam mudanças que sejam capazes de proporcionar a eficácia na sua atuação e garantindo então um melhor atendimento a quem procura os serviços, isso depende muito da visão crítica de cada profissional.

Quando indagadas sobre quais os recursos materiais e humanos utilizados por você na operacionalidade do BPC? Ambas entrevistadas relataram que os recursos utilizados são os cadastros do CRAS para entender o contexto do usuário e sua família, além dos prontuários disponíveis no site do INSS a fim de efetuar o requerimento do benefício - BPC, além de encaminhamentos para toda rede, estes instrumentos são de suma importância para facilitar a vida do usuário.

O Serviço Social prestado pelas instituições são, por sua vez, desmobilizadores e fragmentadoras, utilizado mecanismo de informação, encaminhamentos e preenchimentos de fichas que servem tanto para a seleção dos beneficiários, controle da administração dos recursos, fiscalização dos bens ou propriedades implicados, como a recuperação da capacidade de trabalho. (FALEIROS, 1997, p.50).

Os instrumentos que são disponibilizados para o profissional são utilizados com a finalidade de conhecer o contexto social do usuário e viabilizar seus direitos.

Podendo então o profissional conhecer acerca do público atendido e ter um olhar crítico investigativo, descobrindo novas demandas no contexto familiar e social, podendo traçar um melhor atendimento.

Ao serem perguntadas há quanto tempo atua na operacionalidade do Benefício de Prestação Continuada – BPC, a entrevistada A respondeu. 8 meses e a entrevistada B. 2 meses

“O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social” (IAMAMOTO; 1998; p. 52)

Fazendo um paralelo entre o tempo de atuação no CRAS e o tempo que atuam com a demanda do BPC, podemos salientar que as profissionais não atuam frente a essa demanda desde de quando começaram a trabalhar no equipamento, ou seja, elas já tiveram experiência com outras demandas.

Conforme sua atuação profissional no âmbito do CRAS, quais são as principais demandas do BPC trazidas pelos usuários do Serviço Social?

De acordo com a entrevistada A a principal demanda são os encaminhamentos para a rede e ao INSS, e na visão da entrevistada B as principais demandas são os conflitos familiares, violação de direitos, fragilização de vínculos, além da parte burocrática dos encaminhamentos do INSS existe todo o trabalho ofertado pela proteção social básica.

As demandas, a rigor, são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira ‘teleologia’ dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que as determinam (MOTA e AMARAL ;1998, p. 25).

Por se tratar da operacionalidade do BPC a principal demanda são os encaminhamentos para o INSS, além de todo os serviços ofertados pela proteção social básica.

Ao perguntar se trabalha sozinho ou em equipe? Como é organizado o trabalho do assistente social? Quem define a dinâmica de trabalho, a entrevistada A

relatou que o trabalho é realizado em equipe, e organizado através de cronograma, agendamento e plano de trabalho sendo o mesmo articulado com a coordenadora e com a equipe técnica. A entrevistada B, salientou que o trabalho é realizado em equipe, sendo feito planejamento das visitas e intervenções dentro da equipe com colaboração dos profissionais. De acordo com ambas entrevistadas dentro desse equipamento especificamente é realizado todo um planejamento em equipe para maior qualidade dos serviços realizados.

O reconhecimento dessa diversidade de espaços sócio-ocupacionais para o exercício profissionais indica o trânsito entre ações de natureza distintas, que vão desde o atendimento direto ao usuário, perparpassando pelo planejamento, formulação e gestão das políticas sociais (MIOTO, 2000, apud MIOTO; LIMA, 2009)

O trabalho dentro do CRAS fica definido a partir do planejamento feito entre a coordenadora e as técnicas. Como cada uma conhece a demanda que trabalha fica mais fácil de definir os planos de trabalho para um melhor atendimento.

Ao perguntarmos qual é a diferença entre o papel do assistente social do CRAS e do INSS no que se refere ao BPC, a entrevistada A relatou que o profissional do CRAS tem a possibilidade de conhecer as vulnerabilidades do usuário e de suas famílias, elaborar a estratégias conforme a realidade, já a do INSS age de forma técnica operativa. A entrevistada B relatou que no CRAS o assistente social faz a triagem do perfil do usuário, orientando na organização para o requerimento do BPC, já no INSS o profissional cumpri o processo de avaliação do BPC, não tendo um acompanhamento após o deferimento ou não do mesmo. Pelo o que foi explícito por ambas profissionais é somente os técnicos do CRAS que tem um acompanhamento contínuo para levantar as demandas e fazer os devidos encaminhamentos e acompanhamentos, já no INSS não conhece a realidade social se atentando apenas para a parte burocrática.

A proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais. (JACCOUD,2009, p. 58)

Ambas entrevistadas salientaram que no CRAS existe um olhar crítico investigativo além daquilo que os usuários trazem ao equipamento, podendo na maioria das vezes identificar outras demandas, já no INSS é um atendimento burocrático e sucinto tendo a entrevista apenas para fins de benefício não havendo um olhar crítico investigativo.

Perguntadas sobre quais são os principais desafios encontrados pelo assistente social do CRAS na operacionalidade do BPC, a entrevista A relatou que os principais desafios são a organização da instituição pública, e a metodologia utilizada pelo equipamento. Já a entrevistada B disse que os desafios é a adesão dos beneficiários e de suas famílias aos serviços ofertados pelo equipamento depois que consegue o benefício. É possível perceber desafios tanto dentro da instituição como na organização e ofertas de serviços e ao mesmo tempo também a não adesão dos usuários com os serviços ofertados.

A complexidade das ações profissionais é dada por um conjunto de fatores que as tornam altamente variáveis, imprevisíveis e sujeitas a contínuas transformações. Dentre estes fatores estariam: os tipos de demandas que requerem modalidades operativas flexíveis e personalizadas; a quantidade e a multidimensionalidade dos problemas sociais dos quais emergem sempre novas demandas e necessidades; a multiplicidade de contextos institucionais em interação, com os seus constantes conflitos de competências e coordenação; a incerteza em relação aos recursos, devido à variabilidade da disponibilidade dos recursos públicos; a complexidade das respostas somada à incerteza sobre seus efeitos, decorrente do grande número de variáveis intervenientes e da dificuldade em controlá-las (TOSO 1998, 8).

A partir da fala das profissionais percebemos que existem dois desafios para a operacionalidade do BPC, sendo que um é a forma pela qual o equipamento se organiza na prestação de serviços, e a outra é adesão aos serviços ofertados pelo CRAS após a concessão do benefício.

Quando perguntamos se tem acesso ao resultado do processo de requerimento do BPC após ser encaminhado ao INSS, constatamos que uma a entrevista A possui acesso ao resultado do BPC pelo fato dela estar diretamente ligada a demanda e ser técnica de referência, já a entrevista B está a frente da demanda, contudo por não ser a técnica de referência não possui acesso aos resultados. Portanto o usuário muitas das vezes não volta até o equipamento para

fornecer o resultado para a técnica que o acompanhou, ficando elas sem acesso a esse tipo de informação .

Percebemos que a equipe do CRAS, cada técnico possui uma demanda, através disso pode-se observar através do estágio e da entrevista a ética e sigilo profissional no que se refere ao resultado do benefício dos usuários pois o mesmo não é compartilhando com terceiros que não estejam envolvidos no processo de requerimento, ressaltando também que é de suma importância ter acesso ao resultado para maior agilidade no atendimento caso seja necessário realizar um novo processo.

Questionadas se existe um trabalho em rede entre INSS e CRAS no que se refere ao BPC, ambas as entrevistadas relataram que não existe esse trabalho em rede, devido o INSS não fornecer capacitações acerca das atualizações do benefício para os técnicos que também tem acesso de solicitarem o benefício para os usuários.

A noção de rede refere-se aquela que articula intencionalmente pessoas e grupos humanos, sobretudo como uma estratégia organizativa que ajuda os atores e agentes sociais a potencializarem suas iniciativas para promover o desenvolvimento pessoal e social (GONÇALVES & GUARÁ, 2010, p.14).

Conforme explícito pelas profissionais não existe um trabalho em rede entre CRAS e INSS, dessa forma acaba dificultando mais ainda o acesso dos usuários ao BPC e demais serviços que necessitem de uma articulação em rede. Esse é um dos desafios enfrentados pelo profissional de Serviço Social.

As entrevistadas foram questionadas se realizam o acompanhamento das pessoas que já possuem BPC, e ambas responderam que após o deferimento do BPC é realizado um acompanhamento ao usuário e a sua família para dar continuidade a viabilização de direitos do mesmo e superação de vulnerabilidades sociais.

De acordo com o caderno de orientação do PAIF o acompanhamento familiar consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que

pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar - com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas, a inserção em ações do PAIF, buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas. (MDS)

O acompanhamento do assistente social após a concessão do benefício é importante para descobrir as demais demandas do usuário e do núcleo familiar, e após identificar alguma vulnerabilidade ou violação de direitos, é traçado um plano de ação para emancipação do usuário.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, propôs analisar A Importância do Assistente Social na Operacionalidade do Benefício de Prestação Continuada-BPC no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Nossa Senhora Aparecida em CARATINGA-MG.

Buscando as possibilidades e os limites postos ao assistente social para que sua prática seja concretizada no CRAS, retratando ainda a forma que as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativo, e ético-político norteiam as ações de intervenção neste processo.

Contudo, em sua gênese o aperfeiçoamento e o desenvolver do projeto de ruptura como processo. O projeto se estrutura e consolida tendo origem a organização político-sindical dos Assistentes Sociais pelas suas entidades, partindo do pressuposto dos desenvolvimentos teórico e na origem do Projeto Ético Político Profissional (PEP), na década de 1990.

Ao propor a importância do profissional de Serviço Social frente ao programa busca-se aprofundar como este profissional consolida o projeto ético-político diante as demandas apresentadas ao CRAS.

Contudo, observa-se que o Serviço Social enquanto inserido na divisão sócio técnica do trabalho, compreende as dimensões em sua totalidade, sobretudo a formação profissional manifesta-se nos assistentes sociais de formas opostas, ou seja, alguns profissionais tem sua atuação voltada para a intervenção profissional, enquanto outros para a pesquisa.

Percebemos ao longo da pesquisa a importância do assistente social frente as operacionalidades do BPC, no qual possibilita conhecer as demandas de sua região de atuação, trazendo conhecimentos de forma satisfatória sobre a composição familiar e renda de seus usuários na íntegra. Ao fazer uso da instrumentalidade, o profissional tem oportunidade de analisar a trajetória sócio histórica da profissão de funcionalidade, relacionada à classe dominante e ao Estado e mudar tal forma. Contudo, se faz necessário dar sentido histórico a sua atuação profissional, fazendo uma breve análise para findar com a percepção de “instrumento de racionalização dos conflitos”.

Para o assistente social, esse raciocínio não é diferente, devido ter como objeto de trabalho a questão social em suas múltiplas expressões. Observa-se que o processo de institucionalização do profissional de Serviço Social, como profissão é a questão social, no qual o trabalho do Assistente Social é se integrar sobre as diversas formas que a questão social se apresenta, tanto na conjuntura histórica brasileira e a formas que os processos são gerados, reproduzidos e vivenciados pelos indivíduos.

Entende-se que o saber abarca os instrumentos de trabalho do Assistente Social, dando-lhe um norte para execução de sua prática profissional. Esse saber se relaciona às bases teórico-metodológicas, que contribuem com o conhecimento acerca da realidade e auxiliam na atuação profissional.

Seguindo esse pensamento, o Serviço Social enquanto categoria consolida seu projeto profissional de acordo com os princípios éticos, democráticos, políticos engajado com a consolidação do acesso aos direitos sociais que são preceitos norteados pela Constituição Federal de 1988. Visto que no Brasil, temos o conhecimento de que a luta pela construção e consolidação da cidadania, é de fato uma batalha por direitos básicos, pela liberdade e organização de instrumentos que viabilizemos serviços e de representação e participação nas organizações econômico social e política da sociedade.

Assim o assistente social atuando diretamente na área de assistência se faz necessário conhecer minuciosamente as normas e atividades do equipamento em que tem sua atuação, e mais rigorosamente a política de funcionamento da assistência, além dos serviços e atendimentos da rede que preste auxílio ao demanda do usuário e atendam suas necessidades.

O profissional deve impor suas ações atuando como mediador, sendo ele uma vinculação transparente entre a assistência e as políticas sociais, tendo em sua percepção que seu agir profissional e social se estabelece nas contradições da assistência, no atendimento dos excluídos da sociedade, fato que nem sempre é percebido pelo assistente social em suas entrevistas.

Por fim, coloca-se em evidência que o assistente social deve-se sujeitar a uma incessante atualização teórica e deter uma postura investigativa por meio de

capacitações teórico-metodológica, almejando a consolidação do projeto ético-político profissional.

Perante as entrevistas realizadas percebemos que o BPC como um instrumento de atuação profissional; fornece suporte para o exercício profissional diante do espaço sócio ocupacional, visto que o benefício é um instrumento de atuação que irá dar sustentação ao conhecimento das demais demandas do núcleo familiar. Entretanto as demandas apresentadas sendo a do BPC e as demais que surgem a partir desse atendimento, que se realizara diante das estratégias profissionais, sendo papel do profissional buscar conhecimentos para dar embasamento á atuação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. *Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, jul./dez. 2009.

BARBOZA. Sérgio de Goes. Formação básica: fundamentos teórico-metodológicos e a questão social. Londrina: Editora Unopar, 2008.

_____. Sérgio de Goes. Serviço Social: teórico-metodológicos. Londrina: Editora Unopar, 2008.

BATTINI E COSTA, 2007, p.20. BATTINI, Odária (org.); COSTA, Lucia Cortes da. Estado e políticas Públicas: contexto-sócio histórico e Assistência Social. In: SUAS, Sistema único de Assistência social em debate. São Paulo: Veras Editora ; Curitiba , PR: CIPEC, 2007.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, setembro de 2004

BRASIL, Constituição Federal, 1988, grifo nosso. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

CARDOSO de Mello, 1986 P. 121. (MELLO, J.M.C. 1986. *O capitalismo tardio*. 4. ed. São Paulo, Brasiliense.)

CARDOSO, 2013, P. 133. (Autores João Batista Freitas Cardoso Data de publicação 2013/12 Publicações Cuadernos.info Edição 33 Páginas 133 144 Editora Pontificia Universidad Católica de Chile)

CARVALHO, 2005, p.1 CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Editora Mediação, 2005).

COSTA, Francilene S. d. M. Instrumentalidade do Serviço social: dimensão teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa e exercício profissional

COSTA, 2008, p.40COSTA, 2008 p.43COSTA, Francilene S. d. M. Instrumentalidade do Serviço social: dimensão teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa e exercício profissional

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da assistência social. In. Serviço Social e Sociedade, n.30, ano X, São Paulo: Cortez, abr., 1990, p.112. LEI N° 8742, DE 7 de dezembro de 1993. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm

FALEIROS, 1981, p. 99-100 (Vicente de Paula. Política social do estado capitalista as funções da previdência e assistência sociais são Paulo:cortel1981).

FISCHLOWITZ, 1964.Estanislau.fundamentos da políticasocial.rio de janeiro :agir,1964

GOMES, M. F. C. M. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, M. O. DA S. (org.). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2004.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1995.

_____, Yolanda e FORTI, Valeria (Org.). Serviço Social: temas, textos e contextos. Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

GUILHON, 1978: 74 ALBUQUERQUE, J. A. GUILHON. Instituição e poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978

IAMAMOTO.M.V. e CARVALHO, Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo,celats/cortez,1982)

_____, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 15ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.)

_____, E CARVALHO, 2005, P.251 IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil-17. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

_____, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil-17. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

_____, 2004, p. 33 IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____, 2009. p.29AMAMOTO, Marilda Vilela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: Política Social no capitalismo: Tendências contemporâneas/ (vários organizadores), São Paulo: Cortez,2009 p 13-43.

_____, p.169, 2003 IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** Trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: 2003
cress, ES, 2008 <http://www.cress-es.org.br/cress/imagens/image/arquivos/ResolucaoCRESS028-2008>

_____, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** Trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: 2003

_____, 2004; p. 56 IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

JACCOUD, 2009, p. 58 JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: debates e desafios. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, MDS/UNESCO 2009.

KONOPKA, 1979, p. 33 Konopta, Gisela Ciencia da administração Serviço Social de grupo ed 3 editora zahar, ano 1979

MARQUES e MAIA, 2007, p. 65-66. MARQUES, A. C. S.; MAIA, R. C. M. Dimensões da autonomia no combate à pobreza:Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 92, , 2007.

Marx, 1975: 195 Capitulo inédito d'O Capital; Resultados do processo de produção imediato. Porto: Publicações Escorpião, 1975. 153p. (Biblioteca Ciência e Sociedade, 12)

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MOTA, Ana Elisabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: **CFESS/ABEPSS**. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília, 2009.

Netto: 1999: 54 A construção do projeto ético-político do Serviço Social José Paulo Netto: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, ABEPSS_Coletanea Jose Paulo Netto.1999
Netto 2005, p. 118 O movimento de reconceituação: 40 anos depois. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 26, n.84, p.5-20, nov. 2005.

NETTO, 2005. p. 123 O movimento de reconceituação: 40 anos depois. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 26, n.84, p.5-20, nov. 2005.

(NETTO 2005.p. 263 O movimento de reconceituação: 40 anos depois. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 26, n.84, p.5-20, nov. 2005.

NETTO, 2005, p.100 movimento de reconceituação: 40 anos depois. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 26, n.84, p.5-20, nov. 2005.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social, 1).

NETTO, José Paulo. Capitalismomonopolista e serviço social. São Paulo:1993 Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. Autocracia Burguesa e ServiçoSocial. Vol. I Tese de Doutorado. PUC São Paulo. São Paulo. 1989 (mimeo)

PEREIRA, 2000, p. 127 PEREIRA, P. A. P. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: Capacitação em Serviço Social e Política

Social. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, 2000.

SANTOS, 2010 P.50SANTOS, Claudia e NORONHA, Karine. O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção do assistente social - uma perspectiva crítica. In.

SANTOS, B. S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1982.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. *Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social – São Paulo, PUC-SP, mar. 1994.

SIMÕES, Carlos. Curso de direito do serviço social. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA e SILVA, 1995, p. 86 aputMOTA,1987, p. 15-16

SILVA, 1995, p. 41 Formação profissional do assistente social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995

SPOSATI, A. O. (Coord). . *A menina Loas: um processo de construção da assistência social*. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Alaizaetal. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras:uma questão de análise*. São Paulo, Cortez, 1985

SPOSATI, 2004, p. 129, grifo da autoraSPOSATI, Aldaíza. BenefíciodePrestação Continuadacomo mínimo Social. In: *Proteção Social de Cidadania. Inclusão de Idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal*. / Aldaíza Sposati , (org) São Paulo: Cortez, 2004. p.125 a 178.

SPOSATI, 1997, p. 15SPOSATI, Aldaíza, (1997). *Mínimos sociais e seguridade social:uma revolução da consciência da cidadania*. Brasília: SAS-MPAS/FUNDAP (mimeo.).

SIMÕES 2007, p: 281 Curso Direito do Serviço Social – Biblioteca Básica – Serviço

Social – Vol. 3

SPOSATI (2004 p.20A *menina Loas*: um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, V. da S. Direitos sociais:afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFM1999.

TOSO, L. Intenzionalità e Limite: due dimensione di un percorso. Animazione Sociale, Milano, Gruppo Abelle, n. 28, 1998.

VANZETTO, A.A. As Concepções de família presentes nas Ações Sócio Educativas de Apoio à Família, nos municípios do Oeste do Paraná. Toledo, dezembro de 2005. Mota 2006 Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes Ana Elizabete Mota

VIANNA, 2000, p. 151. (Viana, João José, Administração de Materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.)

VICENTE de Paula. Política social do estado capitalista as funções da previdência e assistência sociais são Paulo:cortel1980.

VIEIRA, 1978, p.44 Estado e miséria social no Brasil:de Getúlio a Geisel 1951-1978. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1995. 240 p.

_____, 1978, p.252 Estado e miséria social no Brasil:de Getúlio a Geisel 1951-1978. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1995. 240 p.

YAZBEK 2000b, p. 92 Os fundamentos do serviço social na contemporaneidade. In: Ca-pacitação em Serviço Social e Política Social. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação
MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998. p. 23-44.

MIOTO, R. C. T; LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. Textos e Contextos, Porto Alegre, v. 8, n. 1. 2009

GONÇALVES, Antonio Sérgio; GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Redes de proteção social na comunidade. In: GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Redes de proteção social. Abrigos em movimento. 2010.p. 11-20.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif> acesso as 12:13 04\12\2017

ANEXOS

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM A ASSISTENTE SOCIAL DO CRAS

Pesquisa:

Entrevistadores:

Entrevistados:

Motivo da Entrevista: Produção do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Unidade DOCTUM de Caratinga

1.1 Sexo

()Femino ()Masculino

1.2 Qual a sua formação profissional:

(-)graduação ()Pos graduação () mestrado.

1.3 Tipo de contrato de trabalho:

() Contratada () Concursada

1.4 Carga Horária de trabalho:

1.5 Tem outro vinculo empregatício?

1.6 Há quanto tempo atua nesta profissão?

1.7 Como é o seu local de trabalho? Garante Sigilo?

1.8 quais os recursos materiais e humanos utilizados por você na operacionalização do BPC?

1.9 Há quanto atua no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS ?

1.10 Há quanto tempo atua na operacionalidade do Benefício de Prestação Continuada-BPC?

1.11 De acordo com seu cotidiano de trabalho quais são as principais demandas do BPC?

1.12 Você trabalha sozinho ou em equipe? Como é organizado o trabalho do assistente social? Quem define a dinâmica de trabalho?

1.13 Qual é a diferença entre o papel do assistente social do CRAS e do INSS no BPC?

1.14 Em sua opinião, quais são os principais desafios encontrados pelo assistente social do CRAS na operacionalidade do BPC?

1.15 Você tem acesso ao resultado do processo de requerimento do BPC após ser encaminhado ao INSS?

1.16 Existe um trabalho em rede entre INSS e CRAS no que se refere ao BPC?

1.17 Você realiza o acompanhamento das pessoas que já possuem BPC?



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Memorando-Circular Conjunto nº 7/DIRBEN/DIRAT/DIRSAT/INSS, de 17 de fevereiro de 2017

Anexo II do Memorando-Circular Conjunto nº 3/DIRBEN/DIRAT/DIRSAT/INSS, de 12 de janeiro de 2017, alterado

DECLARAÇÃO DE RENDA DO GRUPO FAMILIAR			
Nome do Requerente:			
CPF do Requerente:		Nome Social:	
Renda Mensal do Requerente (Extrair valores do CADÚNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês		(-) Pensão especial de natureza indenizatória	
Demais Rendas Contabilizadas		(-) Bolsas de estágio supervisionado	
(+) Ajuda/doação regular de não morador		(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS		(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	
(+) Seguro-desemprego		(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei nº 10.708/03)	
(+) Pensão alimentícia		(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se dividida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras rendas similares			
(+) Subtotal: R\$ 0,00		(-) Subtotal: R\$ 0,00	
Valor Aferido do Titular: R\$ 0,00			

(1) RENDA DOS COMPONENTES DO GRUPO FAMILIAR			
Nome do Membro Familiar:			
CPF do Membro Familiar:		Nome Social:	
Renda Mensal do Membro Familiar (Extrair valores do CADÚNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês		(-) Pensão especial de natureza indenizatória	
Demais Rendas Contabilizadas		(-) Bolsas de estágio supervisionado	
(+) Ajuda/doação regular de não morador		(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS		(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	
(+) Seguro-desemprego		(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei nº 10.708/03)	
(+) Pensão alimentícia		(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se dividida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras rendas similares		(-) Benefício de Prestação Continuada de idoso - BPC/LOAS - espécie 88 (quando o requerente for idoso)	
(+) Subtotal: R\$ 0,00		(-) Subtotal: R\$ 0,00	
Valor Aferido do Componente do Grupo Familiar: R\$ 0,00			

(2) RENDA DOS COMPONENTES DO GRUPO FAMILIAR			
Nome do Membro Familiar:			
CPF do Membro Familiar:		Nome Social:	
Renda Mensal do Membro Familiar (Extrair valores do CADÚNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês		(-) Pensão especial de natureza indenizatória	
Demais Rendas Contabilizadas		(-) Bolsas de estágio supervisionado	
(+) Ajuda/doação regular de não morador		(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS		(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	
(+) Seguro-desemprego		(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei nº 10.708/03)	
(+) Pensão alimentícia		(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se dividida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras rendas similares		(-) Benefício de Prestação Continuada de idoso - BPC/LOAS - espécie 88 (quando o requerente for idoso)	
(+) Subtotal: R\$ 0,00		(-) Subtotal: R\$ 0,00	
Valor Aferido do Componente do Grupo Familiar: R\$ 0,00			

(3) RENDA DOS COMPONENTES DO GRUPO FAMILIAR			
Nome do Membro Familiar:			
CPF do Membro Familiar:		Nome Social:	
Renda Mensal do Membro Familiar (Extrair valores do CADÚNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês		(-) Pensão especial de natureza indenizatória	
Demais Rendas Contabilizadas		Demais Fontes Contabilizadas	
(+) Ajuda/doação regular de não morador		(-) Bolsas de estágio supervisionado	
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS		(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	
(+) Seguro-desemprego		(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	
(+) Pensão alimentícia		(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei nº 10.708/03)	
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras rendas similares		(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se dividida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	
		(-) Benefício de Prestação Continuada de idoso - BPC/LOAS - espécie 88 (quando o requerente for idoso)	
(+) Subtotal: R\$ 0,00		(-) Subtotal: R\$ 0,00	
Valor Aferido do Componente do Grupo Familiar: R\$ 0,00			

(4) RENDA DOS COMPONENTES DO GRUPO FAMILIAR			
Nome do Membro Familiar:			
CPF do Membro Familiar:		Nome Social:	
Renda Mensal do Membro Familiar (Extrair valores do CADÚNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês		(-) Pensão especial de natureza indenizatória	
Demais Rendas Contabilizadas		Demais Fontes Contabilizadas	
(+) Ajuda/doação regular de não morador		(-) Bolsas de estágio supervisionado	
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS		(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	
(+) Seguro-desemprego		(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	
(+) Pensão alimentícia		(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei nº 10.708/03)	
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras rendas similares		(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se dividida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	
		(-) Benefício de Prestação Continuada de idoso - BPC/LOAS - espécie 88 (quando o requerente for idoso)	
(+) Subtotal: R\$ 0,00		(-) Subtotal: R\$ 0,00	
Valor Aferido do Componente do Grupo Familiar: R\$ 0,00			

(5) RENDA DOS COMPONENTES DO GRUPO FAMILIAR			
Nome do Membro Familiar:			
CPF do Membro Familiar:		Nome Social:	
Renda Mensal do Membro Familiar (Extrair valores do CADÚNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês		(-) Pensão especial de natureza indenizatória	
Demais Rendas Contabilizadas		Demais Fontes Contabilizadas	
(+) Ajuda/doação regular de não morador		(-) Bolsas de estágio supervisionado	
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS		(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	
(+) Seguro-desemprego		(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	
(+) Pensão alimentícia		(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei nº 10.708/03)	
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras rendas similares		(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se dividida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	
		(-) Benefício de Prestação Continuada de idoso - BPC/LOAS - espécie 88 (quando o requerente for idoso)	
(+) Subtotal: R\$ 0,00		(-) Subtotal: R\$ 0,00	
Valor Aferido do Componente do Grupo Familiar: R\$ 0,00			

(6) RENDA DOS COMPONENTES DO GRUPO FAMILIAR			
Nome do Membro Familiar:			
CPF do Membro Familiar:		Nome Social:	
Renda Mensal do Membro Familiar (Extrair valores do CADÚNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês		(-) Pensão especial de natureza indenizatória	
Demais Rendas Contabilizadas		(-) Bolsas de estágio supervisionado	
(+) Ajuda/doação regular de não morador		(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS		(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	
(+) Seguro-desemprego		(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei nº 10.708/03)	
(+) Pensão alimentícia		(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se dividida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras rendas similares		(-) Benefício de Prestação Continuada de idoso - BPC/LOAS - espécie 88 (quando o requerente for idoso)	
(+) Subtotal: R\$ 0,00		(-) Subtotal: R\$ 0,00	
Valor Aferido do Componente do Grupo Familiar: R\$ 0,00			

(7) RENDA DOS COMPONENTES DO GRUPO FAMILIAR			
Nome do Membro Familiar:			
CPF do Membro Familiar:		Nome Social:	
Renda Mensal do Membro Familiar (Extrair valores do CADÚNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês		(-) Pensão especial de natureza indenizatória	
Demais Rendas Contabilizadas		(-) Bolsas de estágio supervisionado	
(+) Ajuda/doação regular de não morador		(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS		(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	
(+) Seguro-desemprego		(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei nº 10.708/03)	
(+) Pensão alimentícia		(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se dividida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras rendas similares		(-) Benefício de Prestação Continuada de idoso - BPC/LOAS - espécie 88 (quando o requerente for idoso)	
(+) Subtotal: R\$ 0,00		(-) Subtotal: R\$ 0,00	
Valor Aferido do Componente do Grupo Familiar: R\$ 0,00			

(8) RENDA DOS COMPONENTES DO GRUPO FAMILIAR			
Nome do Membro Familiar:			
CPF do Membro Familiar:		Nome Social:	
Renda Mensal do Membro Familiar (Extrair valores do CADÚNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês		(-) Pensão especial de natureza indenizatória	
Demais Rendas Contabilizadas		(-) Bolsas de estágio supervisionado	
(+) Ajuda/doação regular de não morador		(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS		(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	
(+) Seguro-desemprego		(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei nº 10.708/03)	
(+) Pensão alimentícia		(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se dividida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras rendas similares		(-) Benefício de Prestação Continuada de idoso - BPC/LOAS - espécie 88 (quando o requerente for idoso)	
(+) Subtotal: R\$ 0,00		(-) Subtotal: R\$ 0,00	
Valor Aferido do Componente do Grupo Familiar: R\$ 0,00			

(9) RENDA DOS COMPONENTES DO GRUPO FAMILIAR			
Nome do Membro Familiar:			
CPF do Membro Familiar:		Nome Social:	
Renda Mensal do Membro Familiar (Extrair valores do CADÚNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês		(-) Pensão especial de natureza indenizatória	
Demais Rendas Contabilizadas		(-) Bolsas de estágio supervisionado	
(+) Ajuda/doação regular de não morador		(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS		(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	
(+) Seguro-desemprego		(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei nº 10.708/03)	
(+) Pensão alimentícia		(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se dividida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras rendas similares		(-) Benefício de Prestação Continuada de idoso - BPC/LOAS - espécie 88 (quando o requerente for idoso)	
(+) Subtotal: R\$ 0,00		(-) Subtotal: R\$ 0,00	
Valor Aferido do Componente do Grupo Familiar: R\$ 0,00			

(10) RENDA DOS COMPONENTES DO GRUPO FAMILIAR			
Nome do Membro Familiar:			
CPF do Membro Familiar:		Nome Social:	
Renda Mensal do Membro Familiar (Extrair valores do CADÚNICO, SUB, CNIS e SD; obter declaração dos valores dedutíveis; e efetuar cálculo da renda)			
Remuneração do Trabalho		Outras Fontes (Valores a serem deduzidos)	
(+) Remuneração bruta do trabalho no último mês		(-) Pensão especial de natureza indenizatória	
Demais Rendas Contabilizadas		(-) Bolsas de estágio supervisionado	
(+) Ajuda/doação regular de não morador		(-) Benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporários (renda cujo valor, se existir, não deverá ser informado neste formulário porque não está contida no Cadastro Único)	
(+) Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS		(-) Rendimentos decorrentes de contrato de Aprendizagem	
(+) Seguro-desemprego		(-) Benefícios de natureza de assistência médica (somente valores do Programa "De Volta Para Casa" - Lei nº 10.708/03)	
(+) Pensão alimentícia		(-) Rendas de natureza eventual ou sazonal (desde que se dividida por doze, o resultado seja inferior a 1/4 do salário mínimo)	
(+) Outras fontes de renda exceto bolsa família ou outras rendas similares		(-) Benefício de Prestação Continuada de idoso - BPC/LOAS - espécie 88 (quando o requerente for idoso)	
(+) Subtotal: R\$ 0,00		(-) Subtotal: R\$ 0,00	
Valor Aferido do Componente do Grupo Familiar: R\$ 0,00			

Ratifico as informações declaradas pelo Responsável pela Unidade Familiar - RF no Cadastro Único.

Não ratifico as informações declaradas pelo Responsável pela Unidade Familiar - RF no Cadastro Único.

_____/_____/_____
 Local Data Assinatura do Requerente ou Representante Legal

PREENCHER QUANDO O REQUERENTE FOR O REPRESENTANTE LEGAL:			
Tipo de Representante:			
<input type="checkbox"/> Pai	<input type="checkbox"/> Mãe	<input type="checkbox"/> Curador(a)	<input type="checkbox"/> Tutor(a)
<input type="checkbox"/> Procurador(a)	<input type="checkbox"/> Diretor(a) de Instituição	<input type="checkbox"/> Administrador(a) Provisório(a)	<input type="checkbox"/> Termo de Guarda
Nome: _____			DN: ____/____/____
CPF do RL: _____	Email: _____	Sexo: <input type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.	
Endereço: _____	Complemento: _____		
Bairro: _____	Município: _____	UF: _____	CEP: _____

RESUMO DO CÁLCULO DE RENDA PER CAPITA FAMILIAR	
Quantidade de Componentes do Grupo Familiar:	1
Renda Total do Grupo Familiar:	R\$ 0,00
Renda Per Capita do Grupo Familiar:	R\$ 0,00



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Anexo I do Memorando-Circular Conjunto nº 3/DIRBEN/DIRAT/DIRSAT/INSS, de 12 de janeiro de 2017

REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - BPC E COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR	
CPF do Requerente: _____	<input type="radio"/> Pessoa com Deficiência <input type="radio"/> Pessoa Idosa
Nome do Requerente: _____	Data de Nasc: _____
Nome Social: _____	Sexo: <input type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.
Estado Civil: <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> União Estável <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Separado de Fato <input type="checkbox"/> Viúvo	
E-mail: _____	
Local de convívio: <i>(Preencher este campo somente quando o requerente se enquadrar em uma das situações abaixo)</i>	
<input type="checkbox"/> Vive em situação de rua.	
<input type="checkbox"/> Vive internado em instituição, abrigo, asilo ou hospital.	
Nome da pessoa de contato/equipamento ou entidade: _____	
Endereço: _____	Cidade: _____ UF: _____
COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR	
CPF: _____	Nome: _____
Nome Social: _____	
Parentesco: <input type="checkbox"/> Pai/Padrasto <input type="checkbox"/> Mãe/Madrasta <input type="checkbox"/> Cônjuge/Companheira	<input type="checkbox"/> Filho(a) ou Entead(a) Solteiro <input type="checkbox"/> Irmão(ã) Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Menor Tutelado
CPF: _____	Nome: _____
Nome Social: _____	
Parentesco: <input type="checkbox"/> Pai/Padrasto <input type="checkbox"/> Mãe/Madrasta <input type="checkbox"/> Cônjuge/Companheira	<input type="checkbox"/> Filho(a) ou Entead(a) Solteiro <input type="checkbox"/> Irmão(ã) Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Menor Tutelado
CPF: _____	Nome: _____
Nome Social: _____	
Parentesco: <input type="checkbox"/> Pai/Padrasto <input type="checkbox"/> Mãe/Madrasta <input type="checkbox"/> Cônjuge/Companheira	<input type="checkbox"/> Filho(a) ou Entead(a) Solteiro <input type="checkbox"/> Irmão(ã) Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Menor Tutelado
CPF: _____	Nome: _____
Nome Social: _____	
Parentesco: <input type="checkbox"/> Pai/Padrasto <input type="checkbox"/> Mãe/Madrasta <input type="checkbox"/> Cônjuge/Companheira	<input type="checkbox"/> Filho(a) ou Entead(a) Solteiro <input type="checkbox"/> Irmão(ã) Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Menor Tutelado
CPF: _____	Nome: _____
Nome Social: _____	
Parentesco: <input type="checkbox"/> Pai/Padrasto <input type="checkbox"/> Mãe/Madrasta <input type="checkbox"/> Cônjuge/Companheira	<input type="checkbox"/> Filho(a) ou Entead(a) Solteiro <input type="checkbox"/> Irmão(ã) Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Menor Tutelado
CPF: _____	Nome: _____
Nome Social: _____	
Parentesco: <input type="checkbox"/> Pai/Padrasto <input type="checkbox"/> Mãe/Madrasta <input type="checkbox"/> Cônjuge/Companheira	<input type="checkbox"/> Filho(a) ou Entead(a) Solteiro <input type="checkbox"/> Irmão(ã) Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Menor Tutelado
CPF: _____	Nome: _____
Nome Social: _____	
Parentesco: <input type="checkbox"/> Pai/Padrasto <input type="checkbox"/> Mãe/Madrasta <input type="checkbox"/> Cônjuge/Companheira	<input type="checkbox"/> Filho(a) ou Entead(a) Solteiro <input type="checkbox"/> Irmão(ã) Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Menor Tutelado
CPF: _____	Nome: _____
Nome Social: _____	
Parentesco: <input type="checkbox"/> Pai/Padrasto <input type="checkbox"/> Mãe/Madrasta <input type="checkbox"/> Cônjuge/Companheira	<input type="checkbox"/> Filho(a) ou Entead(a) Solteiro <input type="checkbox"/> Irmão(ã) Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Menor Tutelado



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Anexo I do Memorando-Circular Conjunto nº XX/DIRBEN/DIRAT/DIRSAT/INSS, de 10 de janeiro de 2017

PREENCHER QUANDO O REQUERENTE FOR O REPRESENTANTE LEGAL:	
Tipo de Representante:	
<input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Curador(a) <input type="checkbox"/> Tutor(a) <input type="checkbox"/> Procurador(a) <input type="checkbox"/> Diretor(a) de Instituição <input type="checkbox"/> Administrador(a) Provisório(a) <input type="checkbox"/> Termo de Guarda	
Nome: _____	Data de Nasc.: _____
CPF: _____	Email: _____
Sexo: <input type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.	
Endereço: _____	Telefone: (____) _____ - _____
Bairro: _____	Município: _____ UF: _____ CEP: _____

Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas neste formulário são completas e verdadeiras e que as informações constantes do Cadastro Único e contidas neste documento estão devidamente corretas e atualizadas, estando ciente das penalidades previstas nos artigos 171 e 299 do Código Penal Brasileiro.

Declaro que não recebo do meu município ou estado qualquer benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, inclusive o seguro-desemprego, ressalvados os de assistência médica e a pensão especial de natureza indenizatória, nos termos do art. 9º, inciso III, do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

Local: _____ Data: _____

Assinatura do Requerente ou Representante Legal

COMUNICADO DE VISITA

Sr(a). _____,

dia ____/____/____ a Assistente Social _____

esteve em sua residência para uma visita domiciliar, mas não foi encontrado ninguém.

Aguardamos seu retorno, trazendo este comunicado, documentos pessoais e comprovante de residência.

() URGENTE

Endereço: Rua Princesa Isabel, nº 180

COMUNICADO DE VISITA

Sr(a). _____,

dia ____/____/____ a Assistente Social _____

esteve em sua residência para uma visita domiciliar, mas não foi encontrado ninguém.

Aguardamos seu retorno, trazendo este comunicado, documentos pessoais e comprovante de residência.

() URGENTE

Endereço: Rua Princesa Isabel, nº 180

DE: _____

DATA: _____/_____/2017

USUÁRIO: _____

END. _____

SOLICITAÇÃO: _____

TÉCNICO
RESPONSÁVEL: _____

DE: _____

DATA: _____ / _____ /2017

USUÁRIO: _____

END. _____

SOLICITAÇÃO: _____

TÉCNICO
RESPONSÁVEL: _____

DE: _____

DATA: _____ / _____ /2017

USUÁRIO: _____

END. _____

SOLICITAÇÃO: _____

TÉCNICO
RESPONSÁVEL: _____

DE: _____

DATA: _____ / _____ /2017

USUÁRIO: _____

END. _____

SOLICITAÇÃO: _____

TÉCNICO
RESPONSÁVEL: _____

DE: _____

DATA: _____ / _____ /2017

USUÁRIO: _____

END. _____

SOLICITAÇÃO: _____

TÉCNICO
RESPONSÁVEL: _____

Declaração

Lei nº. 7.115, de 19 de agosto de 1983

Nome:

Estado Civil:

CPF:

Endereço:

Bairro:

Estado:

Cidade:

Cep:

RG:

Profissão:

Declara, nos termos do Art. 1º da Lei nº. 7.115/83, especialmente para fins de isenção conforme nos disposto §§ do Art. 30 da lei nº. 6.015/73, que a extração de 2ª via certidão de nascimento sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.

O (a) declarante se responsabiliza pelo teor da presente declaração, sujeitando-se às sanções civis, administrativas e criminais prevista na legislação aplicável, em caso de comprovada falsidade.

Por ser verdade

Firma o presente.

DECLARAÇÃO PARA ISENÇÃO DE TAXA

Ilmo.(a) Sr.(a). Ofício de Registro Civil e Tabelionato

Solicito de V.Sa. que se digne determinar a expedição do documento abaixo especificado, isento de emolumentos cobrados normalmente por cartório.

Nome do (a) requerente: Carlos Roberto Gomes			
Filiação: Geraldo Jose Gomes e Teodolina Balbina Gomes			
Endereço: Divino Pai Eterno –Portelinha			
Documento Solicitado: 2ª via de certidão de nascimento			
Dados fornecidos pelo interessado e necessário para o cartório de registro civil:			
Data do fato 09/08/1978 Nasc.	Livro:	Folhas:	Termo/Nº Certidão
Município: Ubaporanga	Distrito:		Estado: Minas Gerais
Outras informações:			

O abaixo assinado declara, sob pena de responsabilidade civil criminal, que é juridicamente pobre no sentido legal do termo (Lei

nº. 7115 de 29/08/1983), e não possui recurso que lhe permita arcar com as despesas do ato acima indicado.

Assistente Social

Encaminhamento

De: Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS Nossa Senhora Aparecida

Para:

Encaminho o Sr.(a).

Residente:

Para→

Data: ____/____/____

Encaminhamento

De: Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS Nossa Senhora Aparecida

Para: SCFV

Encaminho o Sr.(a). Ryan Wendel de Souza Reis

Residente: Rua Adolfo de Matos, nº 598, B. Nª Sª Aparecida

Para→

Inserção no SCFV , NO GRUPO DE ADOLESCENTES NA QUARTA-FEIRA.

Data: ____/____/____

